

ALINE CANUTO DA SILVA

**DEMOLIÇÕES NO COMPLEXO DA SÉ DE SÃO PAULO:
CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS PAULISTANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel e Licenciada em História
Orientação: Prof. Dr. Fernando Atique

GUARULHOS

2019

CANUTO, Aline.

Demolições no Complexo da Sé de São Paulo: Construindo uma História Social das Transformações Espaciais Paulistanas / Aline Canuto da Silva. – 2019.

80 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2019.

Orientação: Fernando Atique.

1. História Urbana. 2. (Não-)Preservação em São Paulo. 2. Sé.

ALINE CANUTO DA SILVA

**DEMOLIÇÕES NO COMPLEXO DA SÉ DE SÃO PAULO:
CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS
TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS PAULISTANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel e Licenciada em História
Orientação: Prof. Dr. Fernando Atique

Aprovação: __ / __ / __

Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Janes Jorge
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Roseli D'Elboux
Universidade Presbiteriana Mackenzie

“As pedras e os materiais não vos resistirão.

*Mas os grupos resistirão, e, deles,
é com a própria resistência, senão das pedras,
pelo menos de seus antigos arranjos
na qual vos esbarreis.”*

Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*

AGRADECIMENTOS

No decorrer da minha inserção e trajetória acadêmica, o apoio de pessoas diversas, me serviu como sustentação necessária para ter a perspectiva de encerrar um primeiro ciclo, acreditando que tive um olhar de frente para o desafio daquele lugar onde eu não pensava poder estar, mas cheguei - e fiquei. Antes que eu pudesse me levar a confiar que eu mesma poderia, estas pessoas confiaram que sim. Esta sempre foi a necessidade primeira da jovem aspirante a historiadora de comunicação para dentro, franzina, inconstante, todavia, com relativa chama de coragem e uma certa chama de sensibilidade para o olhar do observador e ao indiciário, do historiar, trançar - costurar linhas.

Do círculo das pessoas que me ensinaram eu ressalto minha gratidão em especial ao Prof. Dr. Fernando Atique, de codinome sincero "O Professor", por sua orientação, generosidade, resiliência e incentivo para que eu pudesse concretizar os meus objetivos, e me descobrir no fascínio da prática da pesquisa. Também agradeço aos meus colegas do grupo de estudos CAPPH - Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica, coordenado pelo Prof. Fernando Atique: Armando, Gabriela, Thais, Carlos, Raíssa, Vinícius, Bruna, Rafael, Diógenes, Michele, Henan, Cristiane, Maíra, Jaíne, Bianca, Geórgia, Vanessa, Lucas, Renata, Phillippe. Pela convivência, resiliência, troca e aprendizado para as minhas pesquisas de IC - Iniciação Científica, e monografia, bem como pelo espelho que me deram para passos que eu venha a construir no meu futuro talvez próximo, do sonho de mestrado.

Minha gratidão também aos demais docentes do Departamento de História que tiveram parte como mediadores na minha experiência pessoal, formação e fascínio com o curso. Em especial, Alexandre Godoy, Odair Paiva, Mariana Villaça, Rosângela Leite, Luís Filipe Silvério, Fabiana Schleumer, Márcia Eickert, Márcia D'Aléssio, Edilene Toledo e Luigi Biondi.

Do círculo de pessoas que indiretamente contribuíram para a concretização desta pesquisa, teço agradecimentos ao pessoal do DESAP - Departamento de Desapropriações de São Paulo: os Sr. Engs. Marcos Santiago, Marcos Percario e Adelaide Martins, pela solicitude e atenciosidade para com as minhas demandas de busca. Igualmente, ao Sr. Ubirajara Prestes, do Arquivo Geral da Câmara Municipal de São Paulo. Ao Sr. Jair Mongelli, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. E à Tomiko Kuiama, do Arquivo Histórico de São Paulo.

Do círculo de pessoas que me dispensaram amizade e/ou companheirismo ao longo do curso, e que me acompanharam durante lutas diárias entrecruzadas, àqueles que dedicaram comigo o seu tempo, para as madrugadas e turnos a fio com os trabalhos, para a recobrança de lucidez nos momentos de desesperação, conflito e lapso, que me cuidaram, eu reforço minha gratidão à Cleuza, Armando, Thais, Angela, Valéria, André, Michelle Mayumi, Rafaela, Jemima e Kelly. Obrigada.

E então, àquele círculo de pessoas que são a minha base fundamental, familiar. Quando eu me perco, é onde eu me encontro, minhas fortalezas que são, que eu admiro e ouço, que são meus espelhos. A presença e o apoio incondicional e emocionado. E para quem eu me dedico e respeito sempre. Aos meus pais, Antonio e Maria do Carmo. Bem como à nossa matriarca paterna, a minha tia Izabel, que para além de tudo, me inspira com suas linhas. Obrigada.

RESUMO

É corriqueiro, na historiografia que trata da cidade de São Paulo, o dado de que a localidade sofreu alterações espaciais de grande monta, sobretudo ao longo do século XX. Contudo, a compreensão dos impactos sociais é sempre deixada de lado nos poucos estudos que tratam das reconfigurações espaciais paulistanas. Esta pesquisa procura, então, investigar as transformações pelas quais a área da Sé, na cidade de São Paulo passou, avançando para além do aspecto formal. Intenta-se compreender os processos que deflagraram tais operações, bem como identificar as pessoas que foram atingidas por tais demolições de quadras no território central de São Paulo. Para tanto, focalizaremos na implantação da Praça da Sé, nos anos de 1910, quando da construção da Catedral da Sé. Com isto, produziremos uma história da (não-)preservação, que pode ser vista, também, como uma contribuição social à história urbana da capital paulista.

Palavras-chave: Demolições; Praça da Sé; Desapropriações; São Paulo.

ABSTRACT

It is commonplace, in the historiography that deals with the city of São Paulo, the fact that the locality underwent spatial changes of great importance, especially throughout the twentieth century. However, the understanding of social impacts is always neglected in the few studies that deals with the spatial reconfigurations of São Paulo. This research seeks to investigate the transformations that the Sé area, in the city of São Paulo, has undergone, moving beyond the formal aspect. Attempts are made to understand the processes that triggered such operations, as well as to identify the people who were hit by such block demolitions in the central territory of São Paulo. In order to do so, we will focus on the implantation of Praça da Sé in 1910, when the Sé Cathedral was built. Thereby, we will produce a history of (non-) preservation, which can also be seen as a social contribution to the history of the city of São Paulo.

Keywords: Demolitions; Praça da Sé; Expropriations; Sao Paulo.

SUMÁRIO

Introdução	12
CAPÍTULO 1 – Uma ideia e seus antecedentes	16
1.1. O conceito de ‘melhoramento’ na passagem do século XIX para o XX	16
1.2. O projeto-gênese da Praça da Sé, de Jules Martin	17
1.3. Demandas, tensões, apropriações e um ator conteste do processo urbano: a igreja	19
1.4. Os arranjos do poder urbano nesse primeiro período do século XIX	24
1.5. O papel-chave de Dom Duarte Leopoldo	27
1.5.1. A preparação do terreno: a campanha de demolição no circuito da imprensa	28
1.5.2. Os primeiros desmontes na área da Sé já na década de 1900	33
1.5.3. Os colaboradores da segunda onda dos arranjos para as demolições	38
1.5.4. O local e as versões simbólicas	41
CAPÍTULO II – Desmontando um quebra-cabeça	42
CAPÍTULO III – A feitura da Praça da Sé	49
3.1. A ideia do “centro cívico” na reconfiguração do Antigo Centro	52
3.1.1. Os acordos definitivos entre Mitra e esferas públicas para o desmonte (1909-1913)	54
3.1.2. As desapropriações e a presença dos atores particulares no processo	59
3.1.3. O circuito social da obra	69
Considerações finais	73

INTRODUÇÃO

Marco zero da capital, cenário de grandes eventos políticos de outrora, como as Diretas já, espaço de perigos no imaginário de certas camadas urbanas e território de sobrevivência para tantas outras, a Praça da Sé é parte integrante e importante da metrópole paulistana. Vista como cartão postal da cidade de São Paulo ao longo do século XX, todavia, notamos que sua história é pouco debatida, e que sua conformação está longe de ser compreendida pelos interessados nas temporalidades da cidade, e, também, na própria historiografia.

A conformação da Praça da Sé passou a constar nos mapas da antiga área central de São Paulo já na década de 1910. Esta Praça adveio de uma intenção religiosa, e também pública, que seria a de servir tanto como adro da nova catedral da cidade, quanto de reorganização dos territórios simbólicos do poder urbano. A pedra fundamental da catedral foi oficialmente lançada por seu articulador maior perante a sociedade paulistana, o arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, no ano de 1913. Tal logradouro foi revestido de um caráter ambíguo, pois contava com o respaldo da municipalidade que a via como Praça Municipal – cogitada como abrigo para as sedes da Câmara Municipal e da Prefeitura (nunca instaladas), e, também, da já citada catedral. Houve, então, uma ideia de “centro cívico” para São Paulo, o que, curiosamente, incorporava a catedral, representando a igreja, “poder” apartado do Estado desde a instauração da República, mas que se alinhava, de fato, tanto às forças políticas, quanto aos edifícios administrativos na configuração espacial daquela área.

A montagem da Praça da Sé, nos anos 1910, trouxe a abertura de uma espécie de esplanada que não apenas levou ao desaparecimento da antiga conformação do Largo da Sé, como à própria erradicação da antiga matriz e da igreja de São Pedro. Mas, para além dos dois templos, existiram muitas outras edificações, em geral, veladas nas histórias da cidade, numa construção de uma história urbana sem pessoas.

Esta monografia, então, procura contribuir para a compreensão das mudanças profundas que a cidade passou ao longo do século XX, sobretudo porque aquilo que se chama na história da cidade de “Triângulo Histórico”, teve o seu “centro geométrico” alterado profundamente ao longo dos anos. Assim, permite este trabalho, também, a contribuição a uma história daquilo que São Paulo destruiu, ajudando a desmontar, a desnaturalizar um processo de fruição da cidade, que subjaz num imaginário de metropolização e espaços amplos em pleno centro da cidade. O que se propõe neste trabalho, ao invés disso, é mostrar o processo de transformação da cidade, ou seja: uma história de um processo de mudança.

Por conseguinte, quando analisamos transformações espaciais, devemos notar que personagens estavam inseridos nessas áreas-alvo de modificação, e tentar identificá-las permite a construção de uma história social, que revela conflitos, desmitifica o papel transformador do Estado, humaniza os técnicos e dá voz àqueles que foram tratados – quando muito – como apenas dados estatísticos.

Como tem mostrado Atique (2014, 2015, 2016), sendo a cidade também um universo de pedras, o desaparecimento de edificações mostra que a memória é apenas uma das dimensões do campo do patrimônio, e que, como tal, fenece e não substitui a “experiência” urbana como deflagradora e constituinte da mesma (ATIQUE, 2016). Este alerta nos mostra que a História das práticas de planejamento urbano, se for além da ideia e dos intelectuais daquele campo, e trazer as repercussões sociais, identificar seus ocupantes e permitir a leitura dos conflitos, garantirá uma aproximação *Thompsoniana* à história da cidade. A história da (não-)preservação, dessa maneira, serve de janela para a compreensão de tantos personagens (edificados e humanos) que ficaram alijados de registro e voz.

Historiar a (não-)preservação, é, conforme Atique, garantir uma aproximação à história social, retirando a arquitetura e o urbanismo de um campo interno, e inserindo-a no âmbito do cotidiano. Demolições são obras impactantes, muitas vezes, também por seu caráter tecnológico, que é calcado em implosões ou remoções inéditas, e aferir como a imprensa e outros habitantes das cidades se manifestaram a respeito, se não devolve a edificação destruída à vida, pelo menos desvela as representações e a longevidade que produziram em memórias esparsas em habitantes e viajantes.

Os resultados apresentados nessa monografia são, em sua maioria, produtos da pesquisa de Iniciação Científica, intitulada “*A cidade reconfigurada*” – *investigação das demolições no entorno da Sé de São Paulo como suporte à história social das transformações espaciais*, fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Como aporte essencial da pesquisa, estão as fontes primárias das plantas cartográficas desapropriatórias, que foram obtidas no Departamento de Desapropriações (DESAP), da Prefeitura de São Paulo. Trata-se de uma documentação rara nos estudos de história da cidade de São Paulo, que o levantamento anterior com a Iniciação Científica (IC) trouxe à tona. Agregou-se também planta da “Série Legislação” /Grupo Obras, do Arquivo Histórico Municipal (AHMSP).

Estas plantas correspondem à delimitação dos anos de 1908, 1909, 1910 e 1911, acompanhando precisamente o índice dos casos justificados em relação com a construção da Catedral. E de três quadras, formadas pelas ruas Capitão Salomão, Travessa da Esperança, Marechal Deodoro e Santa Teresa, compreendendo uma faixa extensa, ao eixo sul da quadra onde ficava a antiga Igreja da Sé, conformada pelo Largo da Sé e rua da Fundação. Esta faixa estava situada entre o Largo da Sé e a Praça João Mendes, no centro do Triângulo Histórico de São Paulo. Estas três quadras foram as que acabaram sendo alvo de um processo de desmonte, pelas demolições, para que fosse realizada a feitura da Catedral e Praça.

Complementa a informação das plantas o levantamento o acervo digitalizado das leis e decretos desapropriatórios nas bases de dados da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), e da Assembleia Legislativa do Estado (ALESP).

As fontes primárias dos jornais compõem o nosso levantamento, com o fim de cruzar as informações das plantas, mas essencialmente remontar o contexto, o processo, pelo que buscamos o que foi noticiado sobre a Catedral, a Praça da Sé, as desapropriações, os personagens e os logradouros conformadores do perímetro descrito, conforme o período delimitado. Nós chegamos a estas fontes, por meio da base de acesso online, “Hemeroteca Digital Brasileira”, da Fundação Biblioteca Nacional.

O acervo do jornal *Correio Paulistano*, contribuiu ao nosso levantamento à medida que trouxe as seções das Câmaras Estadual e Municipal, e da Prefeitura Municipal, revelando-se um aporte do debate público, do circuito da e dos argumentos ou pareceres da desapropriação e das demolições. Nos jornais, usamos, também, seções como Crônica Social e Fatos Diversos, para compreensão da hierarquização social. Ao mesmo tempo, listas de assinantes da Companhia Telephonica de São Paulo [sic], bem como outras listas, como da Recebedoria Fiscal (Impostos Residenciais e de Atividades Comerciais), e de Aquisição de Propriedades, tudo para nos aproximar de uma identificação ou decifração desses ocupantes e dos seus usos foram compulsadas.

Não obstante, também nos valem do jornal *O Estado de S. Paulo*, atentando para pequenas Notas e Informações diversas, mas, com ênfase de leitura a colunas como Coisas da Cidade, Anúncios, Avisos Comerciais. Neste jornal, pesquisamos, com atenção, os Atos Oficiais, além de séries especiais com caráter rememorativo. No mesmo sentido, outros jornais (extintos), como o *Comércio de São Paulo*, *A Gazeta*, o jornal anarquista e anticlerical *A Lanterna*, etc foram consultados.

Ainda mobilizamos fontes localizadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (Arquivo “Dom Duarte Leopoldo e Silva”), como o Diário Pessoal (manuscrito) de Dom Duarte, o Livro de Ouro (donativos de particulares para a construção da Catedral), e o estudo - fonte secundária -, realizado pelo Monsenhor Sylvio de Moraes Mattos sobre a ereção do templo católico na Praça da Sé.

Essa diversificação de fontes se justifica, uma vez que tal conjunto documental, relacionado às obras públicas e/ou das demolições, se revela substancialmente fragmentado, lacunar. Com as quadras demolidas investigadas, apenas se torna possível uma aproximação ao ambiente urbano desaparecido mediante um trabalho complexo, de seriação, cruzamento e espacialização, a partir dos elementos possibilitados por fontes diversas.

Esta monografia está organizada em três capítulos. O primeiro, intitulado “Uma ideia e seus antecedentes”, abarca os projetos, como o de Jules Martin, que antecederam os definitivos para essa montagem da Praça da Sé e o seu processo de mudança e desapropriação, na virada do século XIX para o século XX. Incorpora, também, a compreensão da chegada e articulação de Dom Duarte Leopoldo, para trazer a ideia de uma nova sede de poder para o arcebispado, mediante uma rede de relações, por um circuito de doadores. Remonta-se, assim, a uma temporalidade relacionada a uma ideia principal: a catedral.

O segundo capítulo, intitulado “Desmontando um quebra-cabeças”, corresponde à compreensão daquilo que foi apagado no processo de desmonte, em um segundo momento, mediante o acordo que envolveu as três esferas, municipal, estadual e eclesiástica. Ou seja, estamos lidando com 1373 metros lineares de construção daquela cidade demolidos, desalojando as mais diversas funções ali existentes, como casas, armazéns, botecos, pensões, clubes, dentro do que foi identificado.

Por fim, o terceiro capítulo, intitulado “A feitura da Praça da Sé”, em que discorremos sobre um terceiro momento, da efetivação propriamente dita, passando pelos acordos políticos, e atores políticos, participantes na concretização da obra, para a compreensão deste produto de relações, e que teve como resultado a retirada da cidade dos habitantes e suas funções, mas também daquela função que aludiria a cidade naquele centro: o Paço Municipal. Procuramos entender, também, como este conjunto de construções estavam inseridos numa lógica rentista e especuladora. Com isso, pensaremos na tese de que aquela não era uma região barata.

Por fim, em anexo, está a sistematização que elaboramos para as fontes primárias desapropriatórias, servindo como metodologia e tratamento desta informação. Uma tabulação denominada como “Planilha de Desapropriações”, com a identificação dos atores sociais e dos valores indenizatórios dos acordos de desapropriação correspondentes ao perímetro do antigo centro.

Capítulo 1 – Uma ideia e seus antecedentes

1.1. O conceito de ‘melhoramento’ na passagem do século XIX para o XX

As transformações espaciais que se manifestaram na cidade de São Paulo nas três últimas décadas do século XIX expressaram-se numa lógica de *melhoramentos* (BRESCIANI, 2001, p.344). Esta lógica, no imaginário urbano, ancorou-se em *imagens* potentes, que como notamos, foram mobilizadas no *processo* de montagem da Praça da Sé, nas primeiras décadas do século XX. Como destaca Wilson Santos Junior, a Praça da Sé *corporificou* um laboratório de mudanças radicais por que passou a paisagem urbana paulistana ao longo do século XX (SANTOS Jr., 1991, p.22).

Os ‘melhoramentos’, como explicou Stella Bresciani em seu texto, congregou um mosaico de *imagens*, que se expressaram em ações atreladas à ideia de *progresso*, e também de *circulação*, *monumentalidade*, *embelezamento*, *civilidade* e *urbanidade*, que acabaram sendo abrigadas no seio das *Obras públicas*, que em um primeiro momento apresentaram-se sob a forma de re-calçamentos, consertos, reformas e reparos na materialidade das construções (BRESCIANI, 2001, pp.346-347, 349, 352).

Somou-se ainda, na base dos melhoramentos, a imagem da *higienização* urbana, que deveria se expressar na *eliminação* das *aglomerações*, fossem elas de edificações ou de pessoas. Este seria o mosaico de elementos a convergir no sentido maior do pressuposto dos melhoramentos: “um modelo ideal de cidade moderna”, sã e bela (BRESCIANI, 2001, p.345). As mudanças físicas que estavam implícitas nos melhoramentos, como categorizou Fernando Atique, eram *(auto)-celebradas* por determinados setores urbanos na produção de uma cidade nova, descongestionada e com aparência diferente da que existia (ATIQUE, 2004, p.105).

A historiadora Herta Franco agrega à ideia de *melhoramentos materiais* os *melhoramentos morais* (FRANCO, 2002, p.57). A mudança “moral” foi aglutinada ao escopo de ação de engenheiros, intelectuais, e também ao discurso *da Igreja*, ator social¹ que ao lado

¹ Nesse sentido, a tratativa de uma ideia de atores sociais neste circuito de demolição nos aproxima da teoria sociológica, a um conceito amplo. Bruno Latour, entende que o ator social implica em “realidades constituídas” por indivíduos, por organizações, por classes, por papéis, por trajetórias de vida, por campos discursivos, por formas de vida, e pelas próprias redes sociais, que não monopolizam o arranjo social, tampouco são estáticas, quando pensadas no “micro das relações” (LATOURE, 2012).

do grupo de bacharéis em Direito, forjaram uma nova “maneira” de viver, comportar-se e organizar-se no urbano (FRANCO, 2002, p.61).

Sobre a incorporação dos Melhoramentos ao imaginário urbano, como percebeu Bresciani, torna-se fundamental a leitura de procedimentos contraditórios e de dissensos nas ações anunciadas como “progressistas”. Os atores-promotores dessas alterações espaciais da cidade, que reuniam particulares, técnicos, legisladores e religiosos, compactuaram denotando em seus feitos (discursos, escritos, construções) uma dimensão positiva e neutra dos ‘melhoramentos’. Todavia, não podemos nos furtar de entender como os próprios melhoramentos já nasceram de interesses sociais, econômicos e políticos específicos, expressando *engenharias de poder*, como pontuou Josianne Cerasoli (CERASOLI, 1998, p.20) - sobre o espaço urbano.

Desta maneira, apresentaremos como por trás de discursos altruístas dos atores sociais que investigamos, coexistiram lógicas dissonantes e excludentes no processo de “melhoria” de São Paulo.

1.2. O projeto-gênese da Praça da Sé, de Jules Martin

Herta Franco ao contextualizar o período do século XIX destacou-o como “rico em discussões e disputas sobre os rumos que a cidade deveria tomar, e que acabaram se tornando dominantes com a Proclamação da República” (FRANCO, 2002, p.8). Para tanto, apontou o “lugar” do plano urbano enquanto “materialização dos projetos de vida das diferentes classes sociais” (FRANCO, 2002).

Se grande parte das transformações urbanas pode ser apontada como proveniente do século XX, é no final do XIX que se acha uma proposta que pode ser entendida como o projeto-gênese que compôs o imaginário da futura Praça e Catedral (da Sé). Trata-se da proposta que Jules Martin, litógrafo francês radicado em São Paulo, fez para o Largo dos Curros,² hoje Praça da República, por volta de 1880.³ Dentre as poucas menções a este projeto está a que Hugo Segawa faz em seu TGI, apresentado em 1978, depois publicado como Prelúdio da Metrópole (SEGAWA, 2000, p. 16).

² <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313>

³ O site São Paulo In Foco atribuiu ao projeto o ano de 1882. Disponível em: <<http://www.saopauloinfoco.com.br/igreja-mais-famosa-sp-catedral-se/>>. Acesso em 09 dez 2018. >



Fig. 1 - “Croqui de Jules Martin com a proposta de situar a Catedral de São Paulo no então Largo dos Curros (atual Praça da República), no eixo Viaduto do Chá-Rua Barão de Itapetininga.” Fonte: SEGAWA, 2000, p.16.

A catedral de Jules Martin estaria situada no eixo visual da Rua Barão de Itapetininga, alinhada ao viaduto do Chá, também proposto por ele, e inserida numa lógica de ampliação das funções simbólicas de São Paulo para além do que era a área fundacional da cidade.

Eudes Campos, em artigo, chamou a atenção para o mapa que o litógrafo francês produziu em 1890.

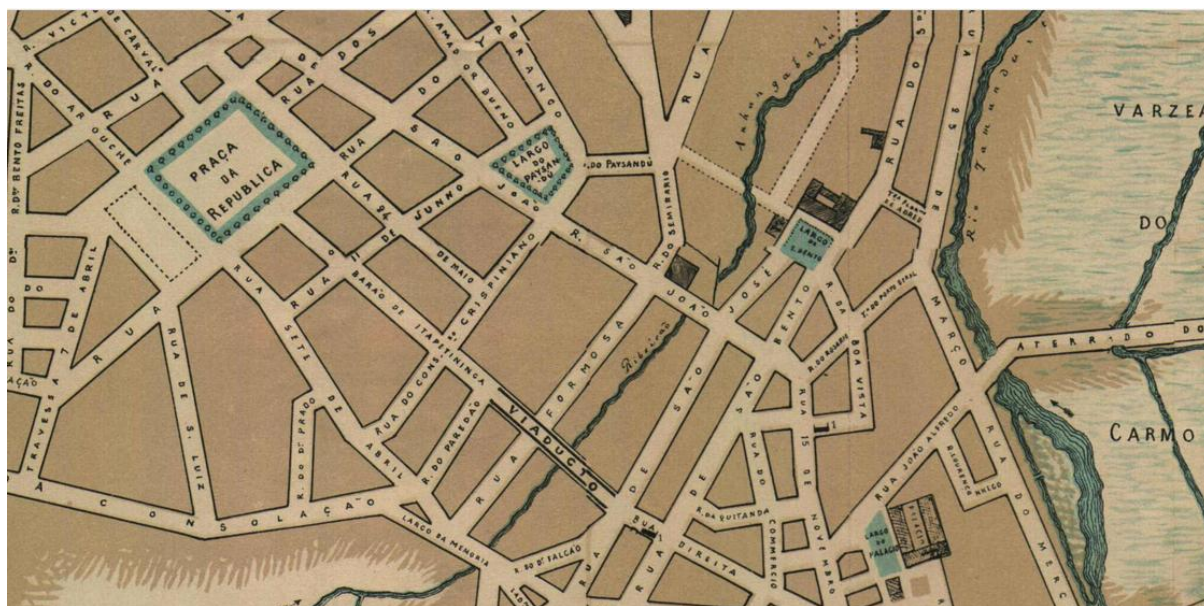


Fig. 2 - “Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arredores desenhada e publicada por Jules Martin em 1890.” Fonte: CAMPOS, 2008.

Sendo esta planta (Figura 2) a primeira da cidade que se seguiu à implantação de República, notamos um dado significativo: a não inclusão da catedral que já havia sido divulgada pelo mesmo Martin em 1882. A peça gráfica, demandada como ‘planta da capital de São Paulo’, expressava um *sentimento de modernidade* embalada nos anseios do novo regime (LEITE, 2015, p.12).

Como atentou Mateus Paiva Leite, Martin foi agente alinhado ao discurso oficial paulista, e exatamente por ser litógrafo, se prestou à *produção de imagens* para exibição em *um circuito expositivo* que celebrasse os feitos positivos dos “melhoramentos” na cidade (LEITE, 2016, p.23). Martin, assim compartilhou a *celebração* positiva do *progresso* (LEITE, 2015, p.12) na *percepção* da São Paulo *em obras* forjada pelas elites (LEITE, 2016, p.20).

Fernando Atique notou que o logradouro que fora pensado para abrigar a catedral, ao ser transformado em Praça da República, recebeu novo monumento simbólico: a Escola Normal da capital. Como analisou Atique, a Escola Normal era uma obra *simbólica* que atestava a passagem do Império para a República (ATIQUE, 2004, p.219). Desta maneira, a Cidade Nova, que ia aparecendo ao redor da Praça da República rivalizava - não apenas por sua *morfologia* urbana, mas também por seu edifício simbólico – com a região do Largo da Sé, demarcada pelo *tecido urbano colonial* e pelo edifício centenário que abrigava a Igreja, instituição vista com desconfiança por parte dos republicanos (SANTOS Jr., 1991 p.21).

Se a catedral não ganhara nova sede, pudemos verificar, à luz do que mostra Cândido Malta Campos⁴ que “[e]mbora quase sempre [as propostas] permanecessem no papel, as mesmas tr[oussera]m algumas intenções que ressurgiam periodicamente e terminavam se concretizando em novas configurações” (CAMPOS et al, 2002, p.20). Desta maneira, a ideia em torno de uma nova sede para a igreja permaneceu no imaginário por algumas décadas, e seria vigorosamente ressuscitada por atores sociais paulistanos, como veremos.

1.3. Demandas, tensões, apropriações e um ator incontestado do processo urbano: a igreja

Pablo Hereñú, em sua dissertação de mestrado aborda a rede de agentes que se entrecruzaram na produção de uma cidade “nova”, em São Paulo, ao redor do Anhangabaú (HEREÑÚ, 2007, p.21). Seu texto vai na mesma linha de análise de Herta Franco, para quem operar sobre “a cidade” era vê-la como um artefato, manifestado em dois níveis de análise (...) [n]o discursivo e [n]o material” (FRANCO, 2002, p.57). Entendemos a Igreja Católica Apostólica Romana como mais um desses agentes, e que, por mais que esteja vinculada a funções não mercantis, soube inserir-se no negócio urbano, em especial ao reivindicar um novo espaço para a atividade sacra e seu simbolismo religioso. Impossibilitada de sediar-se na

“cidade nova”, passou a atuar junto a diversos atores sociais, para fazer nova a “antiga cidade”, onde possuía território.

Renata Milanesi atenta para o aspecto simbólico que o Largo da Sé obedecia desde sua origem. Havia nele uma função religiosa *hegemônica* em relação à função cívica, como verificado em outras cidades (MILANESI, 2002, p.64). Verificava-se naquela porção de São Paulo uma inegável “marca do tempo colonial”, como apontou Murillo Marx, onde “[a] morada, o negócio e, quando não a sede administrativa, gravitaram à sua sombra” (MARX, 2003, p.28 *apud* CARVALHO, 2014, p.6).

Todavia, essa função “sacra” já não operacionalizava aquele espaço sozinha. A ideia de melhoramento foi alcançando aquele espaço processualmente, convertendo-o de ponto de encontro de transeuntes, vendedores ambulantes, de esmoladores, em ponto irradiador de fluxos. Não é à toa, que já em 1865 se tinha à porta da catedral as paradas de tálburis de aluguel, que depois foram substituídas por bondes e por carros de praça (SANTOS Jr., 1991, p.42).

Com esta função circulatória, nos deparamos com a história de um processo de esvaziamento, e de desprestígio, da igreja naquele local (MARX, 2003, p.28 *apud* CARVALHO, 2014, p.6). Mudar de lugar, então, fazia sentido à Igreja para amplificar e ressignificar sua função urbana. Ao mesmo tempo que a cidade ressignificava o Largo da Sé, a Igreja, almejando sua mudança, ajudava a propagar um discurso de obsolescência do espaço colonial do antigo Largo da Sé.

George Dantas localiza a gênese desta ideia de degenerescência da cidade colonial já a partir de fins do século XVIII, num movimento que partindo das elites locais, atrelava a intenção deste *projeto de modernização* à mudança da forma da cidade (DANTAS, 2009, pp.26-30). As mesmas elites invocavam, também, os *usos religiosos*, “como entraves físicos e simbólicos ao progresso” (DANTAS, 2009, p.27).

Contudo, o fato é que a igreja, com a recusa simbólica daquele antigo espaço da Sé, compactuou com o projeto modernizador, e pareou-se ao processo transformador da cidade, que curiosamente, também via na Igreja, pelo menos em tese, uma instituição a ser modificada, porque tinha vínculos com o Império.

Corroborando para essa constatação a que chegamos, alguns aspectos pouco conhecidos do processo paulistano de demolição do Largo da Sé. O monsenhor Sylvio de Moraes Mattos, em texto que encontramos no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo – ACMSP -, elencou fatos sobre o porquê de a Igreja desejar mudar-se do centro geométrico da cidade de São Paulo. Mattos diz que era para “ampliar o espaço que contornava o templo e suas proximidades”; mas também para ombrear-se com “a visão de uma capital de futuro a iniciar”, levando a perceber a necessidade de “dar à cidade a sugestão de uma outra igreja.” (MATTOS, 1992, p.25).

A intenção particular da instituição eclesiástica, dialogando com o discurso modernizador da monumentalidade espacial, passava por um contexto de igrejas *matrizes* no interior do Estado *concorrendo* em “aspecto superior à Sé de São Paulo, quando não deveria haver nenhuma que a sobrepujasse na beleza e apresentação” (Diário de São Paulo”. 5 de julho de 1898. In: MATTOS 1992, p.26). Este era, afinal, um dos aspectos da relação deste ator-igreja no ordenamento e destaque urbano daquele momento, e que, inclusive, contribuía do seu lugar social, no limite, para a relação sobre o edifício religioso, de um imaginário da demolição nesta cidade em transformação, junto aos grupos que a habitavam e se colocavam em posição como fiéis, uma vez que, como explicou Mateus Rosada,

Fazia-se necessário ter uma igreja bem apresentável e, à medida que o povoado se desenvolvesse, suas igrejas deveriam demonstrar a riqueza do local. Se a primitiva ermida não correspondesse ao padrão de progresso da cidade, seria demolida para dar lugar a um novo templo que fosse mais condizente à situação e ao porte da povoação, conforme o pensamento da época (ROSADA, 2011, p.102).

O fato é que a igreja então, como levantou em síntese Joaquim A. de Carvalho, se justificou contra a manutenção do templo que dispunha pelo fato de que a Sé era “barroca” (CARVALHO, p.83 *apud* Mattos, 1992, p.44).

A igreja, assim, aderiu à recusa do barroco, ressaltando-o do ponto de vista *formal*, mas impugnando-o pelo seu enunciado simbólico colonial, visto já como incompatível para um projeto de se construir um outro espaço que abrigaria a sede primacial de um ator, o bispo - à época, Dom Lino Deodato de Carvalho.

Do lugar de fala desse ator, compreendemos que este pretendia uma ideia de reafirmação da categoria que já havia elevado a Matriz à categoria de *Catedral* de São Paulo em 1744, e que havia ainda justificado nesse período anterior, entre 1745 e 1764, um movimento de reconstrução (MILANESI, 2002, p.64). A Igreja, então se justificou,

associando o ideário material do projeto de cidade, nos termos da *grandeza e opulência* de uma *florescente capital*, a de uma *Diocese* que se *ufana[va]*. (MATTOS: 1992, p.33)

Com essa premissa, descobrimos que ela abarcou também outro significado. A partir da proposta de Jules Martin, se produziu - e ficou - no imaginário, no subconsciente⁵ da Igreja o estilo *gótico*. Moraes Mattos recuperou o fato de que no final do século XIX, a Igreja chegou a formar uma comissão dentre seus fiéis, para discutir o projeto de uma nova catedral, mais especificamente em 1889 (vide Tabela 1, abaixo). Essa comissão já demonstrava adesão ao estilo gótico, e Mattos assevera:

Qual teria sido o objetivo na escolha do estilo gótico? Eram os componentes da primeira comissão da Catedral bons patriotas da Província de São Paulo que desejavam ver em seu solo coisas grandiosas e capazes de perpetuarem no futuro, a lição dos que podem, em tudo, ensinar os pósteros” (MATTOS, 1992, p.39).

A ação pontual de ‘reforma’ do antigo templo foi descartada naqueles anos finais do século XIX, pela Igreja, na figura do então bispo Dom Lino Deodato de Carvalho (1873-1894)⁶ que a pontuou como não-cabível.

Concordando com a construção de uma nova Catedral, esta obra seria colocada já não na ideia de (re)construir, mas na ideia do ‘novo’, como um melhoramento, materializando-se em um lugar simbólico de relevo ante o imaginário do *progresso* no projeto de cidade daquele momento final do século XIX. Assim, constatamos que o discurso da obsolescência do Largo colonial da Sé, bem como da Catedral, foi sendo operado por ambos os atores institucionais - Igreja e Estado – que fundidos, permitiram a criação da “Praça da Sé”.

Nesse sentido, encontramos um Ofício datado de 1890, do então bispo Dom Deodato. Nele se lê:

Outrossim: quando o patriótico e ilustrado corpo legislativo provincial decretou meios para a construção da nova catedral, não cogitou dos reparos de que necessitava a velha e acanhada Matriz que serve de Catedral, em falta de melhor, desde a criação da Diocese até hoje. O pensamento dessa patriótica e ilustrada corporação foi construção de uma nova Igreja Catedral (DEOBALDO apud MATTOS, 1992, p.33).

⁵ Fernando Atique falou em termos de uma psicologia da obra da demolição, uma vez que “por abordarmos edificações que não mais existem,” ainda comparece a estrutura reflexiva da Filosofia e, também, da própria ideia de Psicologia Social, uma vez que a persistência de memórias, ressignificações e representações *a posteriori* parecem mesmo tocar dimensões arquetípicas suprageneracionais” (ATIQUE, 2015, pp.151-152).

⁶ DOM Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. **História dos Bispos e Arcebispos de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-lino-deodato-rodrigues-de-carvalho>>

E, de fato, isto se confirma quando cruzamos esse discurso eclesiástico com o discurso oficial. Na Comissão de Obras da Câmara Provincial do Estado, o deputado Vicente Ferreira da Silva foi um articulador importante. O documento que encontramos no ACMSP, de sua autoria, reiterou o discurso homogêneo costurado por aquela comissão. Na Sessão Extraordinária realizada em 31 de maio de 1889, conclamava que:

Deve a Câmara [...] associar-se à comissão no empenho de se realizar a edificação pretendida, fazendo para tal fim, concessão de parte do Largo Sete de Abril, o mais espaçoso que possuímos, [...], como convém a melhoramento de tal ordem, verdadeiro monumento a erigir-se à religião do Estado (8ª Sessão Extraordinária de 31-05-1889. “Atas e Anais”. Centro de Memória da CMSP).

Neste ponto, importante foi para nós observar essa relação dos nomes dessa rede de atores políticos que compunham este corpo provincial, que se envolveu nas discussões que abraçaram a ideia da catedral, que, todavia, não saiu do papel.

TABELA 1 MEMBROS DA 1ª COMISSÃO DE OBRAS DA CATEDRAL DE S. PAULO (1889)	
Presidente:	Senador Antonio Prado
Vice-Presidente:	Conselheiro André Fleury
Tesoureiro:	Marquês de Itu
Secretários:	Dr. José Vicente de Azevedo e Jesuíno Melo
Procurador da Comissão	Jesuíno Melo
Comissão Auxiliar dos Trabalhos Relativos à Loteria:	Côn. Manuel Vicente da Silva; Dr. Francisco de Souza Queiroz; Barão da Bocaína
Comissão de Donativos:	Arcediago Dr. Francisco de Paula Rodrigues; Mons. João Alves Coelho Guimarães; Barão de Pirapitingui

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018. Fonte: MATTOS, S. M. **A nova catedral**. Cúria Metropolitana de São Paulo, 1992, p.27. [adaptado]

A ata de fundação desta comissão, datada de 19 de maio de 1889 (MATTOS, 1992, p.39), ainda sob o Império, a partir da qual tabulamos a Tabela 1, revelou um círculo de conexões abarcando atores pertencentes a um coeso grupo social e econômico *dominante* da época, ostentando alguns nomes, títulos de nobreza (FERREIRA, 2002, pp.97-98). Isto caracterizava, pois, como definiu Joseph Love, a ramificada *aristocracia rural paulistana* (LOVE, 1982), que veio a ocupar os quadros executivos do projeto.

Dentre os nomes, destacamos a figura de Antonio Prado, ainda Senador, aparecendo em posição-chave na relação como *presidente* da comissão do projeto. Detalhe importante, como pudemos ver, cruzando com a relação da comissão definitiva dos trabalhos da construção da catedral e praça em 1913, reportada no Correio Paulistano, vemos Antonio Prado novamente envolvido com a tarefa, mas desta vez já intitulado *Conselheiro*, e ex-prefeito.

TABELA 2 MEMBROS DA 2ª COMISSÃO DE OBRAS DA CATEDRAL DE S. PAULO (1913)	
Presidente:	Conde de Prates
Vice-Presidente:	Gabriel Dias da Silva
Tesoureiro:	Conde de Lara e Comendador Leôncio do Amaral
Secretários:	Adolfo Augusto Pinto e João Antonio de Oliveira César
Conselheiros:	Antonio da Silva Prado ; Mons. Francisco de Paula Rodrigues; Barão do Amaral; Barão de Duprat; Coronel Bento José de Carvalho; José Osvaldo Nogueira de Andrade
Conselho Geral:	Antonio de Souza Queiroz Telles; Antonio Alves Lobo; Conde Asdrubal do Nascimento; Senador Antonio de Lacerda Franco; Barão de Tatui; Barão de Bocaína; Dr. José Alcântara Machado; Senador Jorge Tibiriçá; Dr. José Maurício Sampaio Vianna; Senador Manuel Joaquim de Albuquerque Lins; Oscar de Almeida; Maximiliano Hehl e outros.

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018. Fonte: “A nova Catedral.” Correio Paulistano. 06/07/1913. [grifo meu]

1.4. Os arranjos do poder urbano nesse primeiro período do século XIX

Ao perscrutar a imprensa sobre os movimentos da Igreja em busca de sua nova sede, notamos a emergência de uma nova pauta, que era a da possibilidade de desapropriações. Entendemos que estas informações de caráter desapropriatório colaboram também na ressignificação de uma cronologia associada a essa área central da cidade, numa *historicização da mudança*, conforme a definição proposta por Frahyra Frehse, uma vez que procuramos entender a mudança da configuração urbana como *processo* (FREHSE, 2001, p.170).

Para que nos auxiliasse nessa compreensão processual, nós elaboramos a seguinte tabulação:

TABELA 3 ANTECEDENTES DO DEBATE DA PRAÇA DA SÉ (1888-1909)				
AUTOR	ASSUNTO	PUBLICAÇÃO	COLUNA	DATA
Não consta; Francisco de Paula Rodrigues Alves	Lei Provincial N.54	Correio Paulistano	Parte Oficial (Leis Provinciais)	24/04/1888
-----	Loteria Para a Catedral	Correio Paulistano	-----	28/09/1888
José Luís de Almeida Nogueira	Mensagem	Diário de São Paulo	-----	05/07/1898
José Luís de Almeida Nogueira; [sic outros]	Projeto de Lei N.11 de 1898 e Parecer N. 40 das Comissões de Fazenda e Obras Públicas	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	-----	29/07/1898; 24/05/1899
-----	Igreja de S. Pedro	Correio Paulistano	Actualidades	19/08/1904
-----	Desmoronamento (Igreja de S. Pedro)	Correio Paulistano	Factos Diversos	13/11/1904
J. Nogueira Jaguaribe; J. B. Oliveira Coutinho (Comissão de Justiça, Constituição e Poderes da Câmara dos Deputados)	Projecto N.50, de 1905 adoptado com emendas pelo Senado – Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o anno de 1906; Parecer n.135, de 1905	Correio Paulistano	Câmara	12/12/1905
Dom Duarte Leopoldo	A Egreja da Sé	O Commercio de S. Paulo	As Nossas Igrejas	11/03/1906
Antonio Lobo (Comissão da Fazenda do Estado)	F5 (Câmara – 62º sessão ordinária em 14 de dezembro)	Correio Paulistano	-----	15/12/1908
Antonio Lobo (Comissão da Fazenda do Estado)	Emenda; Projeto N.29, de 1908, fixando a despesa e orçando a receita do Estado para o ano de 1909 (Câmara - 67ª Sessão Ordinária em 19 de dezembro)	Correio Paulistano	-----	20/12/1908
Aureliano de Gusmão; João Martins	Declaração de voto	Correio Paulistano	-----	20/12/1908

Cônego [sic], secretário do Arcebispo Dom Duarte Leopoldo	Lei 1305	Arquivo Histórico Municipal (Série Legislação)	-----	25/04/1909
Antonio Prado	Lei 1305	Arquivo Histórico Municipal (Série Legislação)	-----	-----
-----	Dia 16 (Secretaria Da Câmara Municipal - Expediente do dia 13 de novembro)	Correio Paulistano	-----	17/11/1909
-----	Assinatura da escritura do Acordo	Correio Paulistano	-----	21/11/1909

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018.

Analisando os textos dos projetos de lei arrolados, nós percebemos que estes já apontavam no antecedente do processo uma ‘brecha’ do que chamamos de discurso desapropriatório. Ao analisar o documento intitulado “Mensagem”, redigido por José Luís de Almeida Nogueira, datado de 05 de julho de 1898, já sob a égide do projeto republicano, ele apontava que o montante a se arrecadar pelo “valor do imóvel” - a igreja matriz Sé -, fosse “mais ou menos equivalente ao [...] despendido no edificio a construir”, assim devendo o ‘Governo do Estado se obrigar’ à soma ‘necessária’ (NOGUEIRA apud MATTOS, 1992, p.27).

Sendo uma obra de grande vulto, os arranjos políticos tentavam ter margem na esfera do Estado a um valor superior àquele determinado pela Lei Provincial n. 54, de 24 de março de 1888, em que Francisco de Paula Rodrigues Alves propunha o estabelecimento de uma *loteria* pelas cifras de “dois mil contos de réis (2.000.000\$000) para auxílio à edificação de uma nova igreja Catedral”.

Por outro lado, o documento intitulado “Projeto de Lei N.11”, datado de 29 de julho de 1898, que encontramos na base online de documentos históricos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP -, indicou uma proposta de desapropriação que procurou uma solução ambígua: promover ‘melhoramento’ por meio do “alargamento da *praça*” na área do Largo da Sé. Isso se daria desapropriando a quadra que abrigava a Igreja da Sé e os prédios “contíguos”, para ali, então, construir o *Palácio da Justiça*, “[n]a parte posterior do terreno desapropriado, e em continuação do alinhamento da Travessa da Sé” (Projeto de lei: 1 a 14/1898. Senado - Almeida Nogueira. Acervo Histórico da ALESP).



Figura 3: esquematização aproximada do plano de alinhamento sobre parte da Igreja Matriz no Largo da Sé, a partir da descrição do Projeto de Lei, sobre a planta-base de 1881 – Fonte: "Planta da Cidade de São Paulo levantada pela Companhia Cantareira e Esgotos - HENRY B. JOYNER M.I.C.E. engenheiro e chefe." Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1881.htm>>.

Contudo, importante para nós é a resposta emitida, na instância do Senado, no ano seguinte, pelo “Parecer N.40”, que rejeitava a proposta acima apresentada, e revelava as idiosincrasias, fragmentações e resistências à proeminência da instituição religiosa em tempos republicanos. Mateus Rosada aponta que “menos que um rompimento” devemos ver um enquadramento jurídico novo para a Igreja, abrindo caminhos de negociações de outra categoria (ROSADA, 2010, p.220). Isto fica patente por meio do Decreto 119-A:

Art. 5º - A todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes á propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres actuaes, bem como dos seus edificios de culto.” In: DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>>

1.5. O papel-chave de Dom Duarte Leopoldo

Por conseguinte, a mudança no processo de montagem da Praça da Sé, na passagem para o início do século XX, sofreu uma reorientação a partir de um ator determinante, Dom Duarte Leopoldo e Silva (1867-1938). Nascido em Taubaté, cidade do Vale do Paraíba paulista, Leopoldo e Silva foi o primeiro arcebispo de São Paulo. A bula papal “*Diœcesium nimiam amplitudinem*” criou a Província Eclesiástica de São Paulo.⁷ Com a criação da

⁷ Documento datado de 7 de junho de 1908.

arquidiocese, nasceu o arcebispo.⁸ Este “nascimento” veio a coroar um processo de aproximação entre as elites econômicas e a Igreja Católica, como pontuou Cristina de Toledo Romano (2008, p.85). Dom Duarte Leopoldo e Silva era ligado ao processo de romanização da igreja, o que lhe garantia uma posição amparada por Roma, e sedutora à elite paulista, que via nas ações do religioso a possibilidade de elitizar e ordenar a fé, e conseqüentemente, a cidade.

Aos 40 anos, Dom Duarte Leopoldo e Silva passou a dirigir os católicos na capital paulista, e ampliou o processo de articulação da burguesia junto à Igreja de forma a garantir não apenas a recuperação da ideia de uma nova sede religiosa para São Paulo, mas, também da construção de uma catedral metropolitana, efetivamente. A conformação da “Praça da Sé”, para além de uma questão formal, deve ser vista, então, como uma questão de fundo político. Valendo-nos das metáforas que Leonardo Novo (2017) e Josianne Cerasoli (1998) cunharam, as demolições efetuadas nesta área central de São Paulo podem ser vistas como elementos de *engenharias de poder* e de *arquiteturas políticas*.

Dom Duarte Leopoldo e Silva não apenas percebeu a dificuldade de retirar a Igreja do Triângulo Histórico, como passou a trabalhar politicamente com a ideia de permanência da instituição naquele setor urbano. Isto não significou, contudo, a manutenção do edifício, antes, redundou em munição para a implantação do projeto de catedral e de Praça novos, transformando a empreitada no ‘signo de modernidade’ (FREHSE, 1996, p.123).

Atento a este movimento que nas duas primeiras décadas do século XX voltou o foco na área do Antigo Centro, Dom Duarte Leopoldo rompeu com o imaginário da Igreja produzido no período anterior, de instalar-se no Novo Centro, passando a buscar o lugar-gênese, o Largo da Sé, remontando, conforme bem assinalou Rebeca Grillo de Souza, à tradição do seu grupo originário naquele espaço urbano (SOUSA, 2016, p.133). Na definição de Maurício de Aquino, houve uma refundação simbólica da área do largo colonial no advento de praça revestida do mito moderno pelas mãos do arcebispo (AQUINO, 2012, p.149).

1.5.1. A preparação do “terreno”: a campanha de demolição no circuito da imprensa

⁸ Conforme *Catholic Heritage*. Disponível em: <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bleos.html>. Acesso em 18 de mar de 2018.

Resolvida a questão da localização da Igreja, a batalha deveria ser a de propor a remoção do antigo templo para sua substituição. Assim, percebemos que Dom Duarte Leopoldo lançou mão da imprensa para inaugurar esta argumentação em artigo intitulado “As nossas igrejas”, publicado no jornal “Commercio de S. Paulo”. Apelando à sociedade paulistana, uma “unanimidade” católica, listava, em específico dois setores desse corpo social que deveriam auxiliar a Igreja na criação do progresso: a “administração pública” e os “particulares”, vistos como aqueles grupos de promotores do projeto de transformação pelo qual passava a cidade. Dom Duarte Leopoldo foi explícito em seu artigo ao falar da “picareta demolidora das vetustas construções”, abordando-a em chave positiva, e cabível para o templo da Antiga Sé:

A igreja da Sé não é suscetível a conserto, ou de reforma que a torne um templo condigno do seu destino, isto é, uma bela e grande catedral, como deve ser a sede apostólica deste bispado. O seu aspecto exterior nada tem de notável a não ser que é *est vieax*. O frontispício não se reveste de nenhuma nobreza ou magestade; ao contrário, é comum, mauco, por ter somente uma torre lateral, e acaçapado. Adianta desgraciosamente até ao meio da praça o seu corpo desgracioso e pesado. (“Commercio de S. Paulo.” 11-03-1906)

Na linguagem de Dom Duarte Leopoldo, o templo antigo da Sé era uma catástrofe urbana, em termos compositivos e tectônicos. Esta ideia era já antiga no ambiente da Igreja, como vimos, e mesmo na imprensa. A fala de Dom Duarte ecoava outras duas notas encontradas na imprensa poucos anos antes. Uma, publicada no *Comércio de S. Paulo*, e uma outra no *Correio Paulistano*. A primeira, do jornal “Commercio de S. Paulo”, datada de 19 de agosto de 1904 (Tabela 3), evocou o processo da “reconstrução total da cidade”. E atacou a igreja de S. Pedro, que junto com a antiga matriz, conformava o Largo da Sé, “no centro da cidade, onde precisamente mais se tem feito sentir o obsoleto [...] dos passados tempos.”

O artigo explicitamente dizia ser importante desapropriar propriedades da área, e em especial, demolir a Igreja de São Pedro, pois assim,

completar-se-ia a excelente ideia, ampliando-se também o largo da Sé, pequeno, apertado, insuficiente para as necessidades de espaço e curso, [...]. E para isso bastará estender a desapropriação, ainda que gradual e parceladamente, àquela igreja e aos sobrados vizinhos. [...] A igreja, [...], está de há muito sem culto religioso contínuo, que ali justifique a sua indispensável permanência [...]. [...] tanto mais que qualquer falta a esse respeito, quando se desse, seria satisfatoriamente suprida, como já acontece, com os officios da Catedral, preferida sempre para tais misteres. (“Commercio de S. Paulo”. 19-08-1904)

Gustavo Partezani Rodrigues explicou que no início do século XX, a ideia do *espaço físico* como uma *rede técnica* foi premente no ideário dos poderes urbanos, envoltos na ideia de *circulação* (RODRIGUES, 2008, p.18). Nesse sentido, o limite fechado do Antigo Centro, incorporando o largo da Sé -, acabava tensionando a cidade que passou a ver-se como confinada (RODRIGUES, 2008, p.25). Desobstruir e criar conexões era importante, e o poder público encampou esta ideia.

Contudo, o artigo que estamos analisando causou “fricções”, e outros atores se manifestaram na imprensa. Localizamos uma contra-resposta datada de 30/01/1905, que ocupou metade de uma página do “Commercio de S. Paulo”. Carolina da Cunha Fortes Silva protestava contra a demolição, e explicitamente falava em manutenção de um legado que aquelas igrejas tinham.

Nesse sentido, esta voz do dissenso evocou a velha tradição de um tempo coexistente, apesar de apregoadado como moderno (FREHSE, 2011, p.23). A voz do dissenso permite ver um tempo que ainda persistente, já vai desvanecendo, e o lamento do desaparecimento atinge os “costumes” da “religião”, manifestados na vida cotidiana: dar “graças à Deus depois de nossas refeições”; ter “as visitas [que] nos acompanhavam em nossas orações”, etc. O protesto era tamanho que dizia claramente acerca de um “modismo” que tendo desaparecido na Europa, tentava apagar das “tradições nacionais”, a essência que ainda se via naquele largo colonial:

Segundo vejo, gabam-se os protestantes, porque guardam a religião deles. [...] Porque não frequentamos com assiduidade as nossas igrejas? Está bem visto que é porque não queremos. Quem é que nos priva, na época atual, que todos somos livres? Deixemos de imitar a Europa; tudo que temos é muito bom, tudo, até o nosso coração! (“O Commercio de S. Paulo.” 30-01-1905)

Importante para nós foi notar a ideia da demolição da igreja de S. Pedro. A campanha pela demolição, porém, veio revestida de ambiguidade. Não bastava demolir a Sé, era também necessário derrubar a igreja de São Pedro, vista por diversos atores sociais, inclusive memorialistas, como Alfredo Moreira Pinto, carioca que retornou a São Paulo após 30 anos afastado, como obsoleta. Grafou o memorialista que São Pedro “está situada no largo da Sé e ao lado da Cathedral. Suas paredes enegrecidas dão-lhe um aspecto lúgubre. Tem duas torres, cinco janelas e três portas. O interior é paupérrimo” (PINTO, 1900, p.33).

Estavam, as duas Igrejas postas, na imprensa, como devastadas. O artigo citado de Dom Duarte Leopoldo mostrava a Sé em uma condição irreparável, pronta a ser demolida. Todavia, durante a pesquisa, nós descobrimos no ACMSP, um trabalho de inventariação dos objetos e de todo o mobiliário litúrgico, empreendido pelo arcebispo Dom Duarte Leopoldo, quando a Igreja efetivamente seria demolida. Tal listagem nos indicou uma sólida, requintada e grandiosa estrutura urbana, bem mantida, e que por registro fotográfico, pago pela própria Igreja, se podia visitar a catedral colonial, aparentemente, menos ruidosa do que as que os discursos de época faziam crer.

A listagem nos revelou, também, que Dom Duarte Leopoldo distribuiu as peças inventariadas por diversas igrejas, que denotaram para nós a rede de colaboração do circuito eclesiástico, sob a articulação do seu bispado. Nós verificamos algumas pesquisas que já têm trabalhado com a ideia de esta ação ter computado na trajetória do ator-indivíduo D. Duarte, uma experiência social urbana precursora no âmbito da preservação (MASCARENHAS, 2017). Concordando com estas pesquisas, podemos intuir, pelo menos, a existência de mais uma ambiguidade desse processo: arruinando a igreja, documentou-se fotograficamente e por inventariação aquilo que a ela pertencia.

Abaixo reproduzimos a lista encontrada em que se pode ver o que foi distribuído pela Diocese para outras igrejas. O documento insinua que algumas dessas peças deveriam retornar à nova Catedral, mas não encontramos listagem atestando esta devolução.

TABELA 4 RELAÇÃO DOS OBJETOS PERTENCENTES À ANTIGA CATEDRAL, ENTREGUES A DIVERSAS IGREJAS	
Matriz do Brás	32 bancos; instalações elétricas
Matriz de Santa Ifigênia	Órgão da capela-mor
Igreja dos Remédios	6 vasos de madeira
Capela da Saúde	Altar da Sacristia; Retábulo de tapa-vento e grade do coro
Matriz do Cambuci	Altar de São João Nepomuceno; Altar do Senhor Bom Jesus; 2 portas de tapa-vento; 12 castiçais de madeira; 12 ramalhetes de madeira; 24 canudos de folha; 2 nichos estilo colonial
Cônego Meirelles Freire	A cortina azul da boca do trono do altar-mor
Matriz de Itapecerica	Entregue ao vigário Pe. Antonio Maria do Carmo: 4 tribunas
Padre Antonio Morato de Carvalho	6 armários nº 10, 11 e 12

Irmadade de Nossa Senhora das Dores	2 imagens de Nossa Senhora das Dores; 1 crucifixo grande que estava no Altar de Nossa Senhora das Dores; 1 imagem do senhor morto; o esquite charola e banquetta do altar
Cônego Antonio A. Lessa	3 peanhas; 2 castiçais; o altar da sala do cabido
Capela do Bom Jesus dos Perdões	O Altar do Sagrado Coração de Jesus
Frades Capuchinhos	1 banquetta e cruz; todos os castiçais de madeira; todos os vasos de madeira; 1 quadro a óleo grande; toda a coxia da igreja; todas as grades de ferro; outros objetos; 1 sacrário velho; as grades de ferro dos altares; diversas miudezas; 2 púlpitos c/letra de D. Duarte
Irmãs da Divina Providência - Mooca	1 banquetta completa com cruz; 1 confessionário; 2 mesas; 1 genuflexório; diversas carroçadas de madeira velha
Irmãs do Sagrado Coração de Jesus - Uberaba	1 banquetta completa com cruz; ramos de madeira
Missionárias do Coração de Jesus	1 banquetta de madeira completa com o crucifixo
Igreja dos Remédios	Imagem de Sant'Ana c/letra de D. Duarte
Cônego Krauss	1 resplendor de madeira
Padre Jacob Saliba	Diversos castiçais de madeira; diversos vasos de madeira; outras miudezas
Padre Capra	12 castiçais; 2 banquettas de castiçais; todas as palmas velhas; os tapetes velhos
Padre Aluvas	1 confessionário
Francisco de Almeida Cardoso	A imagem de São Miguel; a peanha e o esplendor sobre os quais apoiava-se a Imagem
Manoel Altenfelder Silva	A coluna e placa do Relógio do Sol
Convento de Santa Teresa	1 pedra mármore grande; 1 cruz; 1 placa; a imagem do Senhor Bom Jesus; Nicho da antiga Igreja do Colégio; Todas as alfaias de prata; todas as imagens restantes
Convento do Carmo	Todos os paramentos; todos os móveis; algumas pratas; 2 estantes do Coro; 2 estrados do Coro; 1 pote de barro; coroas imperiais; 2 salvas grandes de prata lavada; 6 outras pequenas, sendo 2 com pé; 1 canela de prata; 1 cruz grande de prata; 1 cruz grande de prata com relicário; 1 cálice de prata lisa; 1 cruz grande de prata com relicário; 1 cálice de prata lisa; 1 cálice de prata dourada na cripta da catedral; 2 vasos para santos óleos com colher e mão; 1 patena de prata; 1 dita de prata dourada; 1 caldeirinha com hysoppe em estojo; 1 cálice rico com patena, de prata dourada de uso do exmo. Sr. Arcebispo em potificiais, em estojo; 1 jarro e bacia de prata; 1 turríbulo e naveta; 1 cálice e patena de prata dourada; 2 ciriais de prata
Diocese de Ribeirão Preto	Poltronas dos srs. Cônegos
Gonçalo dos Santos Coimbra	O presépio da Sé

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018. Fonte: MATTOS, Sylvio de Moraes. A velha catedral de S. Paulo. 1992. Arquivo da Cúria (adaptado).

Não obstante os objetos de valor foram preservados por D. Duarte em sua alçada, a Cúria, como observamos com a relação que igualmente destacamos aqui:

TABELA 5
RELAÇÃO DAS PRATAS DA CATEDRAL, GUARDADAS NA CÚRIA E
INVENTARIADAS EM 2 DE DEZEMBRO DE 1920

7 plantas grandes de prata lavrada; 1 lâmpada de metal inutilizada; 6 castiçais grandes de prata lavrada; 1 castiçal para pontifical; 4 castiçais lisos médios de prata; 8 castiçais lavrados médios de prata; 6 castiçais lavrados menores; 4 castiçais lavrados pequenos; 1 cru de prata com o pé; 6 ramos de metal prateado; 3 salvas de prata; 2 salvas grandes de prata com pé; 4 coroas de prata lavradas estragadas; 1 coroa do Divino Espírito Santo; 4 ramos de prata lavrada; 8 resplendores de prata lavrada; 5 caixinhas de metal com tampa; 1 candela quebrada; 1 cetro de Espírito Santo; 2 relicários de prata lavrada; 1 pé de hissopo de prata; 2 cálices de prata dourada; 2 âmbulas de prata dourada; 2 relicários de metal; 8 patenas; 1 resplendor pequeno de ouro; 1 coroa de ouro; 2 relicários de São Paulo; 4 setas de prata de S. Sebastião; 4 galhetas de prata; 1 galheta de cristal; 2 chaves de prata de São Pedro; 1 cruz de prata de São João; 1 caldeirinha de prata; 1 caldeirinha de metal; 1 cruz pequena de prata; 1 jarro de prata lavrada; 2 turíbulos de prata; 1 naveta de prata; 1 candela de prata; 1 emblema do Divino Santo, em metal; 1 jarro pequeno de prata estragado; 1 vaso pequeno de prata estragado; 1 bastão de canto-chão; 1 crucifixo quebrado; 1 jarro, bacia oval, entregues ao exmo. Sr. Arcebispo, para estarem no Palácio São Luiz; 1 belo sinete; 1 quadro de prata Descida da Cruz; 1 resplendor de prata dourada; 1 naveta de prata lavrada do Maranhão; 1 campa de prata lavrada do Maranhão; 1 lâmpada de prata grande; 1 lâmpada de prata pequena.

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018. Fonte: MATTOS, Sylvio de Moraes. A velha catedral de S. Paulo. 1992. Arquivo da Cúria (adaptado).

1.5.2. Os primeiros desmontes na área da Sé já na década de 1900

Por conseguinte, outro dado relevante que o artigo do jornal nos indicou, e que importa tratar, foi a prática da demolição ocorrendo sobre a quadra adjacente à referida igreja do Largo da Sé, desde 1903. Cremos que o princípio das demolições cumpriu efetivamente um função: a de mostrar como a “liberação” de espaços naquela área colonial traria o “progresso” de forma irrefutável:

Para alargar a rua da Fundação, **foram já desapropriados e demolidos os prédios** que ficavam **na linha lateral da igreja de S. Pedro**, e, em seguimento desse acertado plano, a Câmara Municipal resolveu prolongar até àquela rua a rua do Quartel, cortando a travessa da Sé e os fundos da dita igreja e da casa vizinha desta, na esquina. [...] As **casas vizinhas, velhas, estragadíssimas, pouco mais excederão em estimativa ao valor do terreno**. Adquire-as desde logo, nessas condições, uma vez que se vai pagar, para demolir, os fundos necessários ao prolongamento da rua do Quartel, não há de ser por certo um tão pesado acréscimo de despesa, para as forças financeiras do município. Aliás, não se deve esquecer, por outro lado, as **enormes vantagens** que a medida trás à população, **compensando mesmo quaisquer sacrifícios do momento** [grifos meus] (“Commercio de S. Paulo”. 19-08-1904)

Neste ponto, acrescentamos a peça gráfica dentre essa documentação singularmente importante que nós localizamos no Departamento de Desapropriações (DESAP). Cruzando os dados contidos nos selos das plantas de alinhamento com os encontrados nos jornais, conseguimos grafar o contexto dos prédios adjacentes⁹ à Igreja de S. Pedro que foram subtraídos. Os selos indicam as expropriações de dois proprietários - particulares -, e confirmam a ocorrência entre 1902 e 1903, da desapropriação em operação de permuta, sob a justificativa de alinhamentos na rua da Fundação:

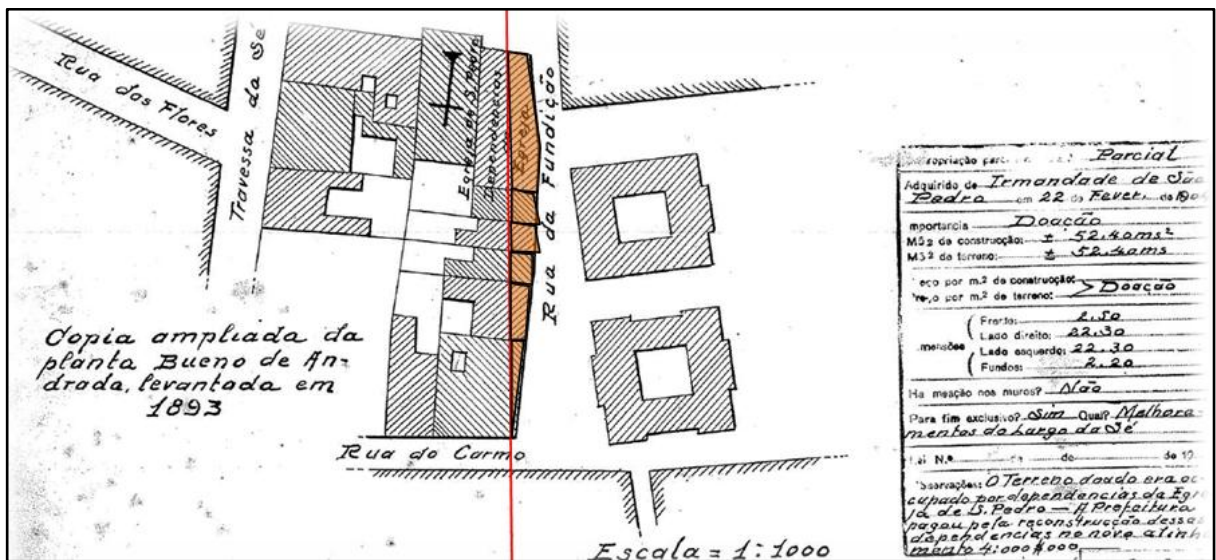


Figura 4: 64_B1_DESAP. [Lei 1409]. Elaboração da autora, 2018.

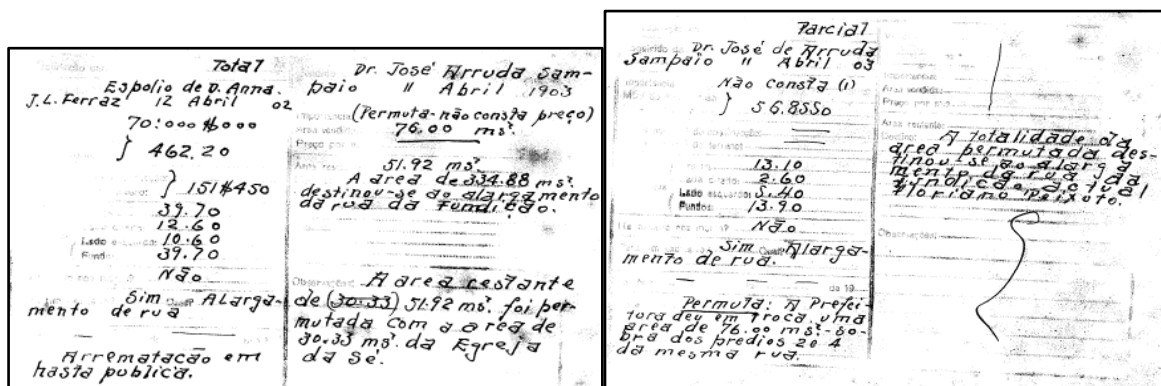


Figura 5: 41_B1_DESAP. [Lei 1409]

⁹ Sousa recuperou uma informação de haver cortiços, casas de prostituição, coexistindo próximos da matriz, ali no Largo da Sé, bem como uma população negra, que foi desarticulada pelas intervenções do Estado - reforçando o expediente higienista da demolição (SOUSA, 2016, p.133).

Não obstante foi notado, que os valores pagos como desapropriação foram elevados. Comparando as áreas dos imóveis dos imóveis com os valores concedidos, vemos que para Anna J. L. Ferraz pagou-se 70:000\$000, com relação a um imóvel de 334,88m², e para José de Arruda Sampaio pagou-se 56:855\$000, para um edifício de 76,00m².

A imprensa, curiosamente, não mostrou esses descompassos no processo de demolição verificado ali.

Já a planta revelou também uma operação em que a Irmandade de S. Pedro, por volta de 1905, cedeu [“doou”] parte de terreno à municipalidade para alinhamento. No entanto, o selo informacional contido na planta nos revelou que “o terreno doado [...] ocupado pelas dependências da igreja” recebeu da “prefeitura (...) pela reconstrução dessas dependências no novo alinhamento 4:000\$000”.

Neste ponto, agregamos uma fonte do Correio Paulistano, de 13/09/1904, que nos orientou num entendimento de que tanto a campanha de demolição quanto a negociação que desmontou e ‘pretendeu’ reconstruir a igreja de S. Pedro, sofreram reveses. Durante as demolições contíguas ao templo religioso para a implantação do novo alinhamento, a Igreja

foi modificada em seus alicerces, em virtude das obras de alargamento da rua da Fundição, sendo completamente reconstruída uma parede lateral e executada outras obras de segurança. [...], a parede dos fundos daquele prédio, que mede nove metros, mais ou menos, de altura, por quinze de comprimento, veio por terra, para dentro da igreja, destruindo completamente um altar e danificando outros (“Correio Paulistano.” 13/09/1904).

Analisado, brevemente, o que encontramos sobre as cifras praticadas pela municipalidade no pagamento das remoções / desapropriações, convém mostrar aquilo que concerne aos recursos angariados pela Sé, visando sua construção nova. Tendo descoberto o Livro de Ouro da obra, no ACMSP, pudemos recuperar os nomes dos doadores de recursos, os quais transcrevemos abaixo:

TABELA 6 – LIVRO DE OURO DAS OBRAS DA CATEDRAL				
NOMES	POSIÇÃO	DONATIVO	DATA DA SUBSCRIÇÃO	MODO DE REALIZAR A DOAÇÃO
Adelina Amelung de Toledo	Proprietária	Não consta	-----	-----

Adolpho Augusto Pinto	Secretário da comissão executiva de obras da catedral	50:000\$000	1912	Dez prestações anuais de 5:000\$000
Agostinho Pinto de Mendonça	Proprietário	Não consta	-----	-----
Amador Cunha Bueno		Não consta	-----	-----
Anna J. L. Ferraz	Proprietária	Não consta	-----	-----
Anna Lourenço Pimentel	Proprietária	Não consta	-----	-----
Anna Maria Furlani	Proprietária	Não consta	-----	-----
Antonia Benedicta de Toledo Santos	Proprietária	Não consta	-----	-----
Antonio Alvares Lobo	Deputado comissário da Fazenda do Estado na emenda F5 de 1908 para a construção da catedral	2:000\$000	1923	Cinco prestações anuais
Antonio Cardoso Ferrão	Proprietário	Não consta	-----	-----
Antonio da Silva Prado	Ex-prefeito da cidade de São Paulo	10:000\$000	1912	Dez prestações anuais de 1:000\$000
Antonio Rego Veiras	Proprietário	Não consta	-----	-----
Barão de Duprat	Prefeito da cidade de São Paulo	20:000\$000	1912	Dez prestações anuais de 2:000\$000
Banco Comércio e Indústria de S. Paulo	-----	20:000\$000	1913	Dez prestações de 2:000\$000
Banco Comercial do Estado de S. Paulo	-----	30:000\$000	1923	De uma só vez
Bruno Bresser Monteiro	Proprietário	Não consta	-----	-----
João Evangelista de Souza	Proprietário	Não consta	-----	-----
Caroline Telles de Escobar	Proprietária	Não consta	-----	-----
Conde de Prates	Presidente da comissão executiva de obras da catedral	200:000\$000	1912	Dez prestações anuais de 5:000\$000
Clotilde Xavier Bueno	Proprietária	Não consta	-----	-----
Clovis Glycerio	Proprietário	Não consta	-----	-----
Dom Duarte Leopoldo e Silva	1º Arcebispo da cidade de São Paulo	5000\$000	1916	Dez prestações anuais de 500\$000

Emílio de Paula Jorge	Proprietário	Não consta	-----	-----
Fco. Almeida Prado	Proprietário	Não consta	-----	-----
Genesio Braulio Rodrigues	Proprietário	Não consta	-----	-----
Henrique Schumann	Proprietário	Não consta	-----	-----
Jorge Krug	1º Engenheiro das obras da Catedral	5:000\$000	1916	Dez prestações anuais de 500\$000
José Arruda Sampaio	Proprietário	Não consta		
José de Alcântara Machado	Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	200\$000	1915	De uma só vez
Josina do Nascimento Coutinho A. Rocha	Proprietária	Não consta	-----	-----
João Baptista de M. Vieira	Proprietário	Não consta	-----	-----
João Emygdio Ribeiro	Proprietário	Não consta	-----	-----
Leonora Druker	Proprietária	Não consta	-----	-----
Luiz Pizotti	Proprietário	Não consta	-----	-----
Manoel da Silva Porto	Proprietário	Não consta	-----	-----
Manuel Feliciano de Castilho	Proprietário	Não consta	-----	-----
Marcolino Cruz do Nascimento	Proprietário	Não consta	-----	-----
Maria Idalina Nobrega	Proprietária	Não consta	-----	-----
Max Hehl	1º Arquiteto projetista da Catedral	10:000\$000	1912	Dez prestações anuais de 1:000\$000
Mansuetto Simonini	Proprietário	Não consta	-----	-----
Manuel Antonio de Carvalho	Proprietário	Não consta	-----	-----
Manuel Feliciano de Castilho	Proprietário	Não consta	-----	-----
Manuel Joaquim de Albuquerque Lins	Governador da Província e Proprietário	Não consta	-----	-----
Maria da Anunciação Ferreira de Abreu	Proprietária	Não consta	-----	-----
Nicolau Padula	Proprietário	Não consta	-----	-----
“O Estado de São Paulo”	Jornal	2:034\$000	Junho de 1924	Não consta

Prado Chaves e Comp.	Proprietário	Não consta	-----	-----
Pulcheria de Araujo Cintra	Proprietária	Não consta	-----	-----
Silvio Mori	Proprietário	Não consta	-----	-----
Thereza de Souza Franco Monteiro	Proprietária	Não consta	-----	-----
Venerável Ordem do Carmo	Proprietária	2:000\$000	1912	Dez prestações anuais de 200\$000
Venerável Ordem Terceira do Carmo	Proprietária	200\$000	31 de dezembro de 1927	De uma só vez
Washington Luís	Prefeito da cidade de São Paulo	1:000\$000	1916	Dez prestações anuais de 100\$000
Zenze Verona	Proprietário	Não consta	-----	-----

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018.

Estes nomes revelaram uma trama de apoiadores do projeto de Dom Duarte Leopoldo e Silva em prol da nova catedral. Comparecem listados pessoas de uma elite técnica e econômica muito proeminente na cidade. Ao mesmo tempo, não encontramos a adesão dos desapropriados que eram vizinhos da área em modificação. Sobre eles falaremos adiante.

1.5.3. Os colaboradores da segunda onda dos arranjos para as demolições

O deputado Antonio Alvares Lobo, participe no círculo de doadores da obra eclesial (Tabela 6), atuou numa costura de acordo na esfera do Estado, que localizamos a partir da ata da sessão publicada no Correio Paulistano, em 1908. Verificamos, assim, aquilo que Romano (2008, p.112), já disse a respeito de Dom Duarte Leopoldo: investido do poder de arcebispo, operou conexões, mobilizando junto ao corpo estadual um ‘representante’ dos interesses eclesialísticos no projeto de cidade. Antonio Lobo pode ser uma dos artífices católicos junto ao poder público, pois ele próprio disse em discurso que recuperamos: “naturalmente falando, embora em nome da comissão de Fazenda, não posso separar as minhas doutrinas e crenças religiosas. Sou católico do credo e do mandamento.” (Câmara - 67ª Sessão Ordinária em 19 de dezembro. “Correio Paulistano.” 20/12/1908)

Reclamando a “restituição” da loteria concedida pela lei provincial n.54 de 1888, em debate publicado na seção “Prefeitura Municipal” do Correio Paulistano, em 15/12/1908, o

bispo indiretamente solicitou também “mais a obrigação de autorizar o Estado a extração de loterias, até a soma de 1.800:000\$000”. Estas loterias tinham sido pensadas, no século XIX como fomento para as obras da Igreja, mas com a República tinham sido abandonadas. Ao final da primeira década do século XX, Dom Duarte Leopoldo faz ressuscitar esta ideia por meio de seus aliados políticos.

Como observou Renato Perissinoto, “a classe dominante daquela sociedade estava longe de constituir-se num modo [...] monolítico” (PERISSINOTO: 1999). Era ela, de fato, “fracionada tanto na economia como na cena política” (idem, 1999, p.25).

O deputado João Sampaio também agiu na Assembleia Legislativa apontando que embora o Estado fosse laico, ele não era desvinculado de heranças, como o catolicismo. Sampaio disse que a “nossa separação poderia ter levado os seus efeitos a esse ponto, de não reconhecer à Igreja a propriedade dos bens em cujo uso estava”, mas não o fez assim. Logo, para ele, o poder público deveria auxiliar a instituição na busca de seu almejado tempo. Apresentando, ainda, as credenciais de Dom Duarte Leopoldo e Silva, julgava que o que o arcebispo operacionalizava junto ao governo e outros membros da elite paulista era justificado:

Um dos ilustres colegas alegou que feita a votação da emenda, tal como foi apresentada, o arcebispado se poderia negar a fazer o acordo. Mas, Sr. presidente, isso seria a suprema indignidade de que ninguém certamente julgará capaz o virtuoso e ilustre arcebispo de S. Paulo. (Câmara - 67ª Sessão Ordinária em 19 de dezembro. “Correio Paulistano.” 20/12/1908)

Importante quando sublinhamos essa teia de tensões. Observamos assim que, embora o grupo do dissenso na esfera legislativa do Estado tenha sido derrotado, aparentemente, uma ressonância dos embates levou o terreno das tratativas da montagem diretamente para a esfera executiva, para a mediação dos dois atores: o governador e o prefeito.

Antonio Prado, para além da colaboração no círculo das doações formais (Tabela 6), atuou de maneira determinante, como prefeito, na concretização do desmonte da área da Sé. Assim afirmamos por termos encontrado dois documentos manuscritos, constantes na pasta do processo de desapropriação referente à Lei n.1305, de 11 de abril de 1910, localizada no AHM.

No primeiro documento, datado de 25 de março de 1909, o secretário, representando o arcebispo, propôs diretamente ao prefeito uma “permuta”, que nos trouxe o índice da convergência entre a municipalidade e a igreja e do elemento especulativo aproximando uma esfera particular (elite eclesiástica) e pública (municipalidade) no processo. Era buscado, pois,

um consenso na definição da área que deveria entrar em tratativa de desapropriação, e das cifras de fundo indenizatório que a igreja deveria levar com o acordo:

Exmo. Conselheiro Antonio Prado [...] pelo **Arcebispo Metropolitano** [...] as bases de um acordo para a **permuta dos terrenos municipais e outros com imóveis pertencentes à Mitra**, [...]. [...] as cláusulas em que julgo poder analisar-se o **negócio, com vantagem para ambas as partes**. Para que a nova Catedral seja levantada no **perímetro designado na planta anexa** e ao mesmo tempo **o pátio da Sé e as ruas adjacentes sejam alargadas na medida indicada na mesma** - a **Prefeitura terá de concorrer com 1373 metros quadrados**, representados em terrenos públicos e imóveis dependentes de desapropriação, ao passo que **receberá da Mitra 1246 metros quadrados**, representados em **terrenos ora ocupados pela velha Catedral e prédios adjacentes**.

Aqui se vê que as áreas a permutarem-se são sensivelmente iguais, havendo **apenas a diferença de 127 metros quadrados**, a mais nova catedral - uma boa parte (365 metros quadrados) está representada pelo leito da rua Santa Thereza, onde não existem benfeitorias, além do calçamento. Nestas condições, é evidente que a **base justa, equitativa, do negócio** está na permuta das duas áreas - **recebendo a Mitra da Prefeitura uma indenização pecuniária correspondente à diferença do valor dos imóveis em transação**. Acredito que o **Sr. Arcebispo se contentará com uma indenização relativamente insignificante, apenas de 60:000\$000 de réis**, e pagável de modo muito fácil - em cinco prestações anuais de 12:000\$000 de réis cada uma, é pensamento do Emo. Arcebispo **começar a construção** da nova catedral, **na parte que não afeta a igreja atual**. [grifos meus] (Avulso. 25/04/1909. In: "Lei n.1305". Prefeitura do Município de S. Paulo. Diretoria do Protocolo de Arquivo N°. LEG. AHM).

Um primeiro dado revelador que chegamos com esse documento, foi a colaboração de um engenheiro - não identificado na documentação -, para estudar a área-alvo. Dessa forma, por meio da operacionalização da cartografia - uma planta com base cadastral -, todos os lotes do entorno e adjacências foram levantados, tendo a igreja no Largo da Sé como parâmetro comparativo.

Há um outro dado revelador no documento: lotes discriminados para o acordo, dentre os quais, como o documento indicou, aqueles pertencentes a "outros" - particulares.

O terceiro aspecto a ser ressaltado é a presença do perímetro do novo templo, de forma neogótica, demarcado também.

A planta em questão, por sua vez, deu-nos a dimensão da primeira área do processo de desmonte, indicando as primeiras demolições que transformariam a fisionomia da antiga área central da cidade.

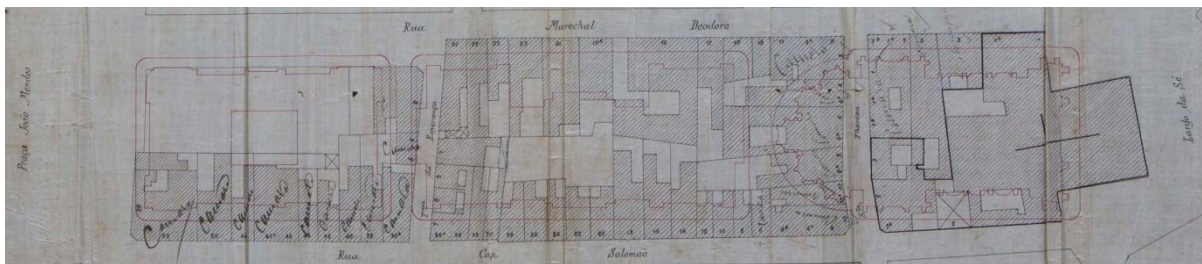


Fig.6 – Fonte: Lei - Planta Nº 1305/1910. “Série Legislação”. AHM.

Compreendida entre o Largo da Sé e a Praça João Mendes, no miolo da geometria do Triângulo central, essa faixa notavelmente extensa abrigava um total de 61 lotes, distribuídos por duas quadras, conformadas pelas ruas Capitão Salomão (26 lotes), Travessa da Esperança (3 lotes), Marechal Deodoro (15 lotes) e Santa Teresa (17 lotes). Ao Norte, estava uma terceira quadra, exatamente no Largo da Sé, onde se situava a antiga Igreja Matriz.

1.5.4. O local e as versões simbólicas

Como ressaltou o monsenhor Moraes Mattos, Dom Duarte Leopoldo escolheu pessoalmente a figura de Maximiliano Hell, “professor de arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo e professor também de arte sacra no Seminário Provincial de São Paulo” (MATTOS, 1992, p.43). Hehl, que era colaborador do Escritório Técnico de Ramos de Azevedo, era ligado ao círculo católico de profissionais, e imigrante, trazia embutido em seu curriculum a ideia de conhecer a fundo o estilo gótico, presente em diversos cantões germânicos e outras nações europeias.

A ideia de uma igreja neogótica, que já aparecera na proposta de Jules Martin, da década de 1880, foi retomada. Esta escolha era praticamente natural, uma vez que ao longo do século XIX, o neogótico associou-se à ideia de religiosidade, e tinha se espalhado por várias nações, com maioria católica ou não.

Conforme Candido Malta Campos, o templo neogótico de São Paulo deflagrou mais processos urbanos, pois,

De acordo com as características do estilo, a inserção do novo templo no tecido urbano deveria pautar-se pelo fechamento das vistas em espaços limitados, tirando partido do pequeno largo da Sé para reproduzir o enquadramento das catedrais góticas em cidades medievais. Victor Freire apoiava a solução medievalizante para a

Sé; Bouvard, ao conceber seu centro cívico, preocupava-se em manter o fechamento espacial em torno da catedral projetada (CAMPOS, 2002, p.188).

Todavia, o caráter moderno e descongestionado que já aparecia nos debates da imprensa e dos políticos, impunha uma solução mais radical que apenas a substituição de um templo de taipa por outro de alvenaria. Levava a uma nova organização espacial da área, vendendo a limitação imposta pelas quadras lindeiras. Campos Neto mostra que

tal limitação era incompatível com as aspirações de representatividade simbólica pretendidas para o local. Segundo os padrões de valorização urbanística prevalentes [...] no início do século – vinculados à [...] ideologia cosmopolita [...] –, a importância de um edifício seria indissociável da dimensão dos espaços circundantes e da abertura de amplas perspectivas. Nesse sentido, a nova catedral exigiria, no lugar de um pequeno largo, uma grandiosa praça fronteira (CAMPOS NETO, 2002, p.183).

Notamos no discurso de Dom Duarte Leopoldo que a ele agradava uma nova morfologia para a contemplação da Igreja. Conforme revelou o Monsenhor Moraes Mattos, com a ampliação das desapropriações por sobre as quadras lindeiras, que já aparecia nos projetos de Bouvard e da Câmara Municipal,¹⁰ poderia ter a catedral um novo ambiente. Dizia ele que “[a] área obtida seria invejável por muitos célebres templos da Europa que, embora ricos em sua arte ficaram danificados na sua projeção, dado o exíguo espaço em que foram construídos” (MATTOS, 1992, p.39).

Para tal fim, contudo, mais personagens urbanos deveriam ser retirados de suas casas e estabelecimentos comerciais, de maneira a se criar a Praça central de São Paulo, a Praça da Sé.

¹⁰ Ver o trabalho de doutoramento de Roseli D'ELBOUX, 2015.

Capítulo II – Desmontando um quebra-cabeças

Uma das preocupações desta pesquisa foi encontrar que funções - e por meio de quem - estavam alicerçadas na área da Sé de São Paulo quando o processo de demolição teve início na virada da década de 1900 para 1910. Assim, para tal feito, associamos leituras diversas de memorialistas, reportagens de jornais, teses e dissertações, e os cruzamos com o sistema de numeração dos lotes dos respectivos logradouros, que a planta desapropriatória encontrada no DESAP – Departamento de Desapropriações da Prefeitura Municipal de São Paulo nos deu. Também recorreremos às leis de desapropriação que eram indicadas em cada planta de alinhamento obtida no DESAP, encontradas no site da Câmara Municipal e em jornais. Muitas vezes foi necessário atenção ao ano do decreto da demolição, ou mesmo a um ano anterior próximo à data indicada nas plantas, de maneira a conseguir chegar ao texto ao qual remetia o desenho. Desta maneira, nós identificamos alguns dos usos nessa área demolida da Sé, entre os anos entre 1908 e 1911, uma vez que naquele ano foi encontrada a primeira menção ao processo de desmonte da área.

Então, intentamos uma espacialização simplificada do dado encontrado, de modo que chegamos ao que chamamos de pranchas, tomando como base a planta arquivada no AHM, dentro do escopo do dispositivo 1305, como segue:

- PRANCHA 1 – Rua Capitão Salomão:

"Na casa de tiro ao alvo, de Juan Ansina, à rua Capitão Salomão, n.6, houve uma pequena desordem. [...], por ter o proprietário se recusado a pagar os prêmios pelos atiradores. Intervindo o rondante da rua, foram todos parar na polícia central, onde se achava a serviço o Dr. Pinheiro e Prado, primeiro delegado auxiliar. [...] a autoridade mandou [...] recolher Juan Ansina ao xadrez." (Correio Paulistano [Notas], 14/04/1910) [grifo meu]

"Faleceu ontem, [...], a sra. **D. Maria Francisca de Amorim**, esposa do Sr. Alfredo José de Amorim, empregado do Forum Cível da Capital. [...], saindo o féretro da **rua da Esperança, 12**, para o cemitério do Araçá." (O Estado de S. Paulo, 05/05/1911) [grifo meu]

"Os abaixo assinados declaram ao comércio e ao público em geral de ter comprado a **fábrica de joias dos srs. Fratelli Ferracini, situada à rua Capitão Salomão, n.10**. [...], **José Bellati – Aldo Zapparoli**." (O Estado de S. Paulo [Ao Commercio], 16/10/1908) [grifo meu]

"Bonificações de 18 mensalidades aos mutuários srs.: **Gastão Leal, residente à rua Capitão Salomão, 18**." (O Estado de S. Paulo [Mutua Ideal], 13/04/1911) [grifo meu]

"Semana Santa – **Veríssimo Gloria** incumbem-se em arranjar orquestras para as solenidades da Semana Santa tanto desta capital como para o interior, e bem assim músicas hábeis para completar orquestras das referidas solenidades. **Rua Capitão Salomão, 14** (antiga da Esperança)." (O Commercio de S. Paulo [Parte Commercial], 18/03/1909) [grifo meu]

"O professor **Veríssimo Gloria** avisa aos seus amigos que transferiu sua residência da **rua Capitão Salomão, 14**, para a **lindeira Tabatinguera, 34**." (O Commercio de S. Paulo [Pequenos Anuncios], 19/05/1909) [grifo meu]

"Por ter desrespeitado a uma senhora que passava, foi presa ontem à noite [...] a **desordeira Astrogilda Maria das Dores, residente à rua Capitão Salomão, n.28**." (Desordeira presa. Correio Paulistano. 06/01/1910) [grifo meu] [grifo meu]

"Há uns quatro meses o soldado **João Ferreira de Souza**, [...], conheceu a **betaira Maria das Dores**, de 24 anos de idade, **moradora à rua Capitão Salomão, 24**, com quem se amansiou. [...] ontem, o heroico soldado, por motivos futilíssimos, espancou a Maria, [...]" (Grave conflito. O Commercio de S. Paulo [Factos Diversos]. 27/07/1909) [grifo meu]

"**Benjamin de Paula Brito**, moço de 22 anos, [...], era **filho do finado e saudoso magistrado dr. Pedro Nolasco Xavier de Paula**. Como seus irmãos – entre os quais [...] duas professoras, [...], recebera uma educação primorosa, [...] Seminário Episcopal, [...] por morte do chefe extremo, a família não pode continuar a mantê-lo [...]. Assentou praça no segundo batalhão [...]. Há quatro meses, **passou a morar na pensão do Sr. Manuel Fernandes**, no sobrado da **rua Capitão Salomão, 18**, onde ocupou um quarto da frente e tinha como companheiro o Sr. Luiz Pinto, [...]" (Por amor da amante. O Commercio de S. Paulo. 13/03/1908)

"**Marcia Ferreira Jardim** declara ao comércio que se retirou de seu estabelecimento de **botequim e café, situado à rua Capitão Salomão, n.30**. [...], continuando à frente o seu **sócio Antonio Nunes**, [...]" (À praça. O Estado de S. Paulo [Avisos Commerciaes], 12/09/1907) [grifo meu]

"Na praça João Mendes, o **tintureiro José Guilherme, residente à rua Capitão Salomão, 26**, promoveu [...] grande desordem, tendo agredido e ferido levemente o rondante da rua, **David da Costa Arantes**. [...], não sem grande trabalho, foi transportado para o posto policial [...]. Em caminho, interviu **Leonardo Junior**, impressor, residente à **ladeira do Dr. Falcão, n.22**. [...] o prendeu igualmente." (O final do romance. Correio Paulistano. 26-06-1910) [grifo meu]

"**Francisco Linhares** juntamente com outro companheiro **Francisco Pereira**, foi à **casa de Maria Esther Nacovici, à rua Capitão Salomão, 28**, e ali, por questão de dinheiro, provocaram uma **desavença com a rapariga**. [...]" (O Estado de S. Paulo [Notícias Diversas], 30/08/1907) [grifo meu]

"**Joseppe Mangione** solicita o respectivo alvará de licença especial e guia, tendo estabelecido com **botequim à rua Capitão Salomão, n.34**." (Arquivo Histórico Municipal ("Série Alvará", 06/02/1908) [grifo meu]

"**Joseppe Manjono** requer o respectivo alvará de licença e guia, tendo estabelecido com **botequim à rua Capitão Salomão, n.34-A**." (Arquivo Histórico Municipal ("Série Alvará", 07/01/1907) [grifo meu]

"Ótimo **leilão de um botequim**. [...] **Rua Capitão Salomão, 30**. **Tavares Machado**, [...] Com franca autorização dos proprietários, os srs. Germano & Ferreira, venderá [...] o seguinte: [...] balcão de pinho de Riga, mesas, cadeiras austríacas, guarda-comidas, máquina para café, fogão, [...], garrafas com congnac, vermouth, fernet, vinho do Porto e outras bebidas. Latas com conserva, balança e pesos, [...], [...], vinagre e aguardente [...]. Mais: cama francesa [...]" (O Estado de S. Paulo [Anuncios], 03/05/1908) [grifo meu]



“Francisco de Paula Guedes, depois de enxugar alguns copos no botequim da rua Capitão Salomão, n.40, [...], segurou um menor que ali se achava, espancando-o brutalmente. Preso pelo guarda rondante da rua, [...].” (Factos Diversos], 05/02/1908) [grifo meu]

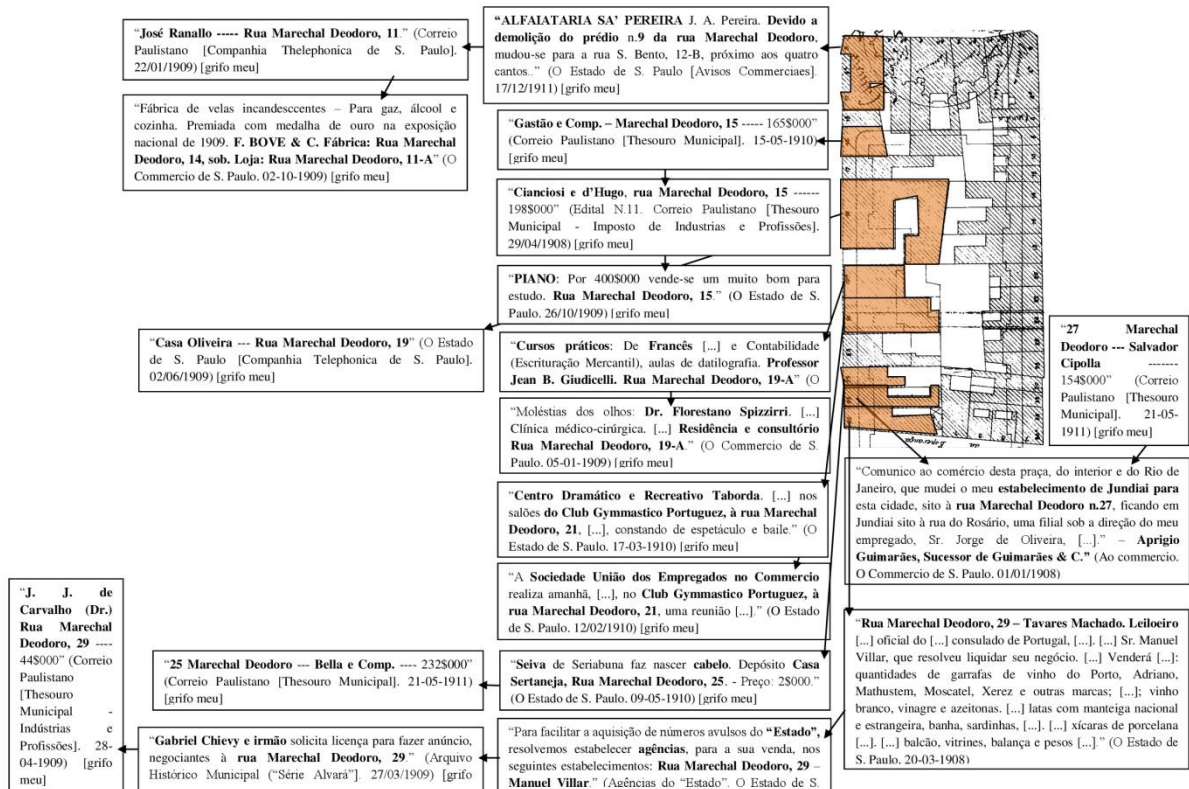
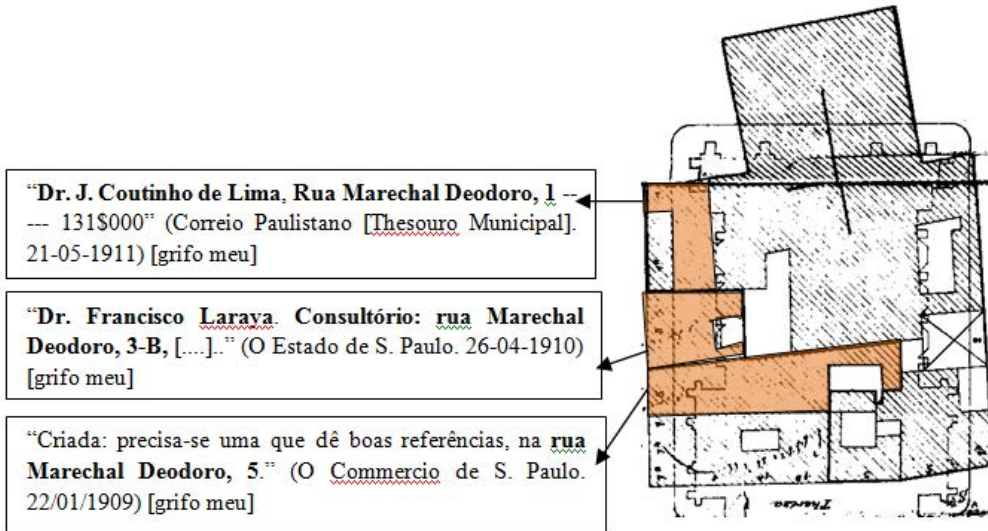
“Entre Ernestina Dorido e Eugenia Maria de Carvalho, moradoras à rua Capitão Salomão, 50-A, houve ontem uma dúvida, dando lugar a que os ânimos se exaltassem e depois Eugenia agredisse a companheira com um pedaço de ferro, [...]. A agressora foi presa em flagrante, segundo a ordem do sub-delegado do sul da Sé.” (Notícias Diversas], O Estado de S. Paulo, 07/12/1907) [grifo meu]

“Esteve em polvorosa, ontem, ao anoitecer, o cortiço da rua da Esperança, n.50, todo ele habitado por mulheres de maus costumes. [...]. Nada menos de cinco foram as heroínas da cena tragicômica que teve o seu epílogo atrás das grades do xadrez do Sul da Sé. [...]. Dada uma batida no cortiço, foram todas presas, [...].” (O ciúme num cortiço. Correio Paulistano. Factos Diversos]. 27/07/1908) [grifo meu]

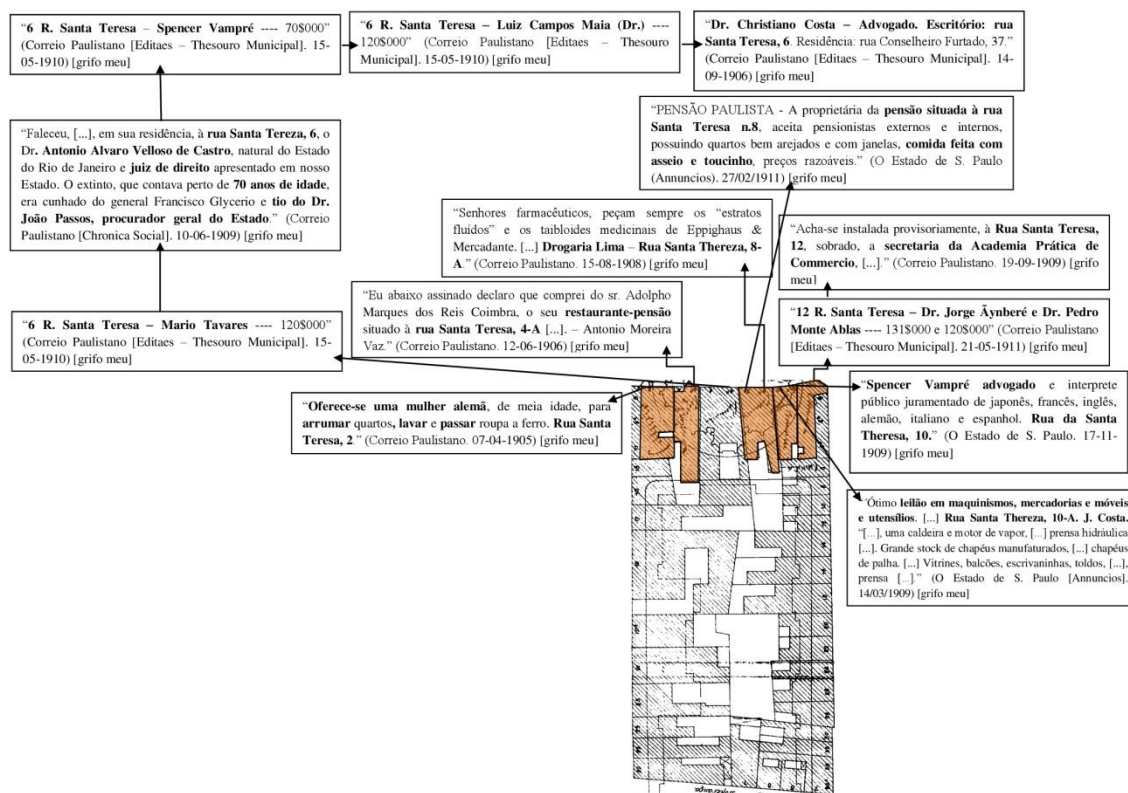
“Foi submetido ontem a julgamento, [...], o processo a que responde a ré Brasília Alves, acusada de haver ferido gravemente a Maria Isabel [...], à rua Capitão Salomão, n.50.” (Correio Paulistano [Tribunal do Jury], 15/10/1908) [grifo meu]

“Por amores mal correspondidos a mulher de costumes fáceis Guiomar Mendes, de 19 anos de idade, residente à rua Capitão Salomão, n.50, ingeriu ontem, ao anoitecer, uma dose de creolina, provavelmente com o intuito de pôr termo à sua vida.” (Factos Diversos], Correio Paulistano, 02/12/1909)

- PRANCHA 2 – Rua Marechal Deodoro:



- **PRANCHA 3 – Rua Santa Teresa:**



Um segundo passo foi, a partir da representação no espaço dos atores e das funções indicadas, tabular os usos que pudemos identificar nas quadras demolidas, estabelecendo categorias abrangentes das situações identificadas:

TABELA 7 FUNÇÕES NO PERÍMETRO SÉ (1907, 1908, 1909, 1910 e 1911 e 1915)			
FUNÇÕES	TOTAL	PROFISSIONAIS	TOTAL
Clubes	02	Advogados	12
Associações de recreação e mutualismo	03	Leiloeiros	03
Farmácias	02	Professores	03
Oficinas	01	Hipotecários	01
Litografias	01	Médicos	01
Casas / Pensões / Cortiços	16	-----	-----
Fábricas	03	-----	-----

Alfaiatarias	01	-----	-----
Botecos / Botequins	08	-----	-----
Prostíbulos	02	-----	-----
Companhias	01		-----
Sociedades	09	-----	-----
Chapelarias	01	-----	-----
Quitandas	01	-----	-----

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018.

Partindo para a análise dos dados, tomamos como um primeiro apoio o estudo de Maria Luiza Ferreira de Oliveira (2005). Ao analisar os setores médios¹¹, nas suas relações urbanas e cotidianas no antigo perímetro central, nas décadas finais do século XIX, a autora identificou uma base social complexa, em grande parte, reconstituindo relações dos imigrantes estrangeiros, como os italianos, portugueses, e em menor número, espanhóis, com elementos chamados de “nacionais” (OLIVEIRA, 2005, p.29).

Alguns dados obtidos por meio das sistematizações que fizemos são interessantes. Por exemplo, tanto para a rua Marechal Deodoro, quanto para as ruas Capitão Salomão e Santa Teresa, pudemos observar a presença de escritórios de alguns advogados de prestígio na sociedade¹² (CERASOLI, 1998, p.79).

Com efeito, também notamos algo importante: a presença de pequenos comércios, como os de secos e molhados, com maior índice na Rua Capitão Salomão¹³, *loci* na estratégia

¹¹ Seguimos a compreensão de setores médios, como aquela em que se verificam instabilidades ou mobilidades “ascendentes e descendentes” por categorias média, remediada e mais afortunada. Confirmando um grupo urbano, embora menos favorecido, não-homogêneo na sua condição. Estratos que interagem na produção da cidade, a partir de pequenos comércios, como os secos e molhados – para além da função como venda de bebidas e gêneros alimentícios da subsistência, indiciários de origens imigrantistas distintas (rede longínqua), uma rede de apoio múltiplo, improvisado, informal (lazer, material, e mesmo redes de crédito /empréstimo). Logo, como denota Ferreira de Oliveira, pequenos comércios que, longe de serem menos importantes, contribuíam para o ‘imaginário da época’, sendo lidos pelos atores que vivenciavam, como parte da paisagem. Ainda, para os atores dessa estrutura improvisada e instável, um canal de uma autonomia no inserir-se na cidade, que independia das estruturas formais, como o próprio exemplo das redes bancárias operadas pelas elites dirigentes. Mais do que isso, na escala destes atores no ‘meio do caminho’ (*médios*), aqueles mais ascendidos que se apropriavam e adaptavam – faziam circular – práticas da vida cotidiana, supostamente restritas ao círculo das elites, como a educação do piano – aspecto que nós observamos em anúncio na imprensa, relativo a uso de um dos imóveis desapropriados, para a rua Marechal Deodoro (prancha 2).

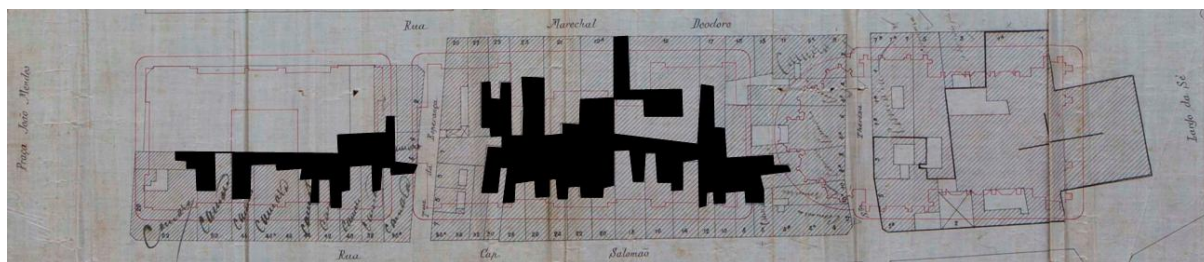
¹² Há, pois, a permanência de uma configuração tradicional do período anterior (colonial) no processo, da residência/escritório desses atores sociais, bacharéis do direito, ainda naquela área central da Sé. (CERASOLI, 1998, pp.79-80).

¹³ Por sua vez, Daisy de Camargo somou para o nosso entendimento dessa rede de atores, uma vez que ao recriar especificamente a Rua da Esperança (ou Capitão Salomão), uma das ruas-alvo das demolições, do ponto de vista da particularidade e das sensibilidades, coabitadas por sujeitos e pelos usos do lugar, mostrou aspectos difíceis

de organização destes pequenos comércios, por arranjos de *sociedade*, numa relação “ou dentro do círculo familiar, entre irmãos, pai e filho, tio e sobrinho, ou entre conterrâneos”, onde se colaborava com o “pequeno capital” e a “técnica” (OLIVEIRA, 2005, p.217-218), e que denotava ainda essa peculiaridade de irem “mudando de sócios, passando de mão em mão” em *rearranjos* constantes - algo que nós verificamos claramente como um índice da concentração espacializando a rua Marechal Deodoro (prancha 2).

Por esse sentido também o uso misto verificado nas edificações existentes, marcaram a paisagem da antiga área central da cidade, superpondo a atividade profissional e a residência, numa pluralidade dos arranjos, desde porões habitados, casas individuais no mesmo lote, sobrados de requinte burguês, casa com oficinas nos fundos, e finalmente, os cortiços¹⁴ com casinhas em série nos fundos do lote, como Ana Lanna verificou no Bixiga (LANNA, 2011).

Este dado contribui, uma vez quando a planta desapropriatória, para além do dado revelado pelas notas dos jornais, nos revelou visualmente espécies de quintais sugerindo uma ou várias dessas configurações coletivas. Assim nós obtivemos, ao operacionalizar um *percurso-mapa-texto* (CAMARGO, 2010, p.128), buscando uma espacialização destes ‘espaços vazios’, tomando novamente por base a planta do AHM:



de serem encontrados em trabalhos de história. Verificou, a autora, ali, a existência de espaços de uso de camada popular diversificada. Eram espaços que congregavam quartos de aluguel nos fundos (CAMARGO, 2010, p.120), e para a rua, tabernas ou botecos de origem lusa (idem, 2010, p.16), típicos no período anterior, no século XIX, e que persistiram no início do século XX, coexistindo de funções semelhantes com as tipologias dos cafés e boulevares, confeitarias e restaurantes, que monopolizavam o imaginário de comércio de luxo na associação ao Triângulo, mais valorizado na experiência da cidade. (idem, 2010, p.61) Assim mesmo, como argumentou Camargo, uma sociabilidade da boêmia que conjugou tensões, embates, em meio às tentativas de um processo gradual de apagamento dessas pessoas do projeto de cidade, antecedendo mesmo a demolição física de seus espaços, nos meandros da vigilância da cultura oficial de cidade pelos grupos dos atores administradores, engenheiros, médicos e o circuito da imprensa (idem, 2010, pp.123-124), nas etiquetas do alinhamento, moralidade e salubridade urbana, sobre tais grupos e usos - como notamos na prancha 1, algumas situações figurando na seção policial pela imprensa os atores habitantes do cotidiano da Rua Capitão Salomão. Não por acaso, ‘dispersados’, acrescentando à compreensão da demolição, portanto, os forjamentos por imagens estigmatizadoras sobre determinadas áreas /partes da experiência da cidade, acompanhando este processo: “botequins, com residências modestas, de um só lanço, com poucas moradas de dois pavimentos, de alguns poucos mais abastados, resistentes nesse centro, o que denota uma resposta às demandas dos meios populares do centro da cidade e aos seus hábitos de consumo.” (idem, 2010, p.129)

¹⁴ Não obstante os modos de habitação mantidos por estes grupos - “habitações coletivas”, em cujo conceito não se deduzia exclusivamente o “sinônimo de pobreza e precariedade”, mas antes, estruturas de suas regiões de origem, que foram aqui mantidas, implicando nesta leitura, a “diversidade socioeconômica amalgamada por origens comuns e relações familiares”. (LANNA: 2011)

Fig. 7 - Espacialização do 'quintal' no conjunto das quadras demolidas no perímetro da Sé. Fonte: Lei - Planta Nº 1305/1910. "Série Legislação". AHM. Elaboração da autora, 2018.

Sylvio Floreal, jornalista da época, e de origem operária, observou a vida urbana do Antigo Centro, humanizando na heterogeneidade e na interação urbana essa face social da cidade, de grupos urbanos *migrantes*, mais tarde desaparecidos, que haviam se instalado na cidade - e que nós pressupomos como índice uma ocorrência na rua Santa Teresa, a chamada "Pensão Paulista" (prancha 3). Revelou dessa forma a experiência, inclusive, das pensões que havia na paisagem da cidade por uma via muito distinta do discurso oficial projetado sobre a aglomeração dos cortiços, tocando com isso uma crítica a estes *silêncios* (DANTAS, 2018, p.3):

Desde os bairros mais aristocráticos até aos mais plebeus, contam todos em seu seio com um bom número de pensões [...]. Pensionistas [...] de qualidades as mais desencontradas e contraditórias, mesclam-se [...] nessa facilidade de aproximação estabelecida pelo contato e encontro de todo o dia. Cada repartição pública tem a sua pensão predileta, onde há um encarregado de arrebanhar pensionistas [...]. [...] também há uma infinidade de pensões onde os hóspedes são somente de uma determinada cidade do interior. [...] discutem política a torto e a direito, metendo a bronca naquele chefe político da terra, nesta ou naquela família influente na zona, neste ou naquele coletor e noutras entidades que gozam por lá de alguma consideração. [...] quando não é algum homem alvo da crítica e a conduta desta ou daquela mulher [...], discutem literatura, [...]. Há sempre um erudito anônimo [...]

(FLOREAL, 1925, pp.138-140).

Chegamos, assim, ao ponto de apresentarmos a efetivação desta ideia, o que faremos no próximo capítulo.

Capítulo III – A feitura da Praça da Sé

Souza foi perspicaz na síntese de que o caso do desmonte efetuado na Sé, a partir de 1910, não se denotou a priori por uma demolição de ruínas, mas por uma demolição por *rearranjos* ou acordos¹⁵ (SOUSA, 2016, p.133) - algo que nós constatamos, mas que agregamos com o encontro de outros dados elucidativos.

Neste ponto, retomamos a planta das três quadras para sublinhamos um outro dado de relevo na nossa compreensão. Em realidade também, como se verifica, tratou-se de uma planta-projeto, em que o trabalho técnico que a igreja demandou já era visível, uma vez que havia a projeção, em vermelho, do perímetro do novo templo neogótico por sobre as quadras discriminadas na planta. Entretanto, como foi apresentado, se insinuou graficamente o projeto em mesma posição e área ocupada pela antiga igreja matriz, no Largo da Sé. Nesse sentido, é significativa a deixa, conforme o excerto que apresentamos, para se “começar a construção” em parte que não afetaria “a igreja atual”. O Monsenhor Moraes Mattos pontuou, em seu texto que, conforme a ideia pensada, “[f]icaria, pois, a nova catedral no local da velha Sé, sendo, apenas, a construção recuada em seu alinhamento para coincidir com o alinhamento da Travessa da Sé.” (MATTOS, 1992, p.39)

Logo, compreendemos que se forjou, assim, um discurso pela transformação, na produção da cidade a partir desse grupo - a igreja -, mobilizando a cartografia (KUVASNEY, 2017, p.9) para manipular esta relação de valores que operaria o desmonte na área. Valores que, evidentemente, não se confirmam, pois a área arrasada não correspondeu ao que ali se projetou, uma vez que abarcou uma área notoriamente maior. Logo, envolveu valores maiores, para que fosse erguida no ponto oposto, ao Sul do Largo, de costas à Praça João Mendes.

Corroboram nossa afirmação um conjunto de evidências documentais do processo de escolha do local para o desmonte, e que nos levou, necessariamente, a remontar alguns aspectos de uma obra que concorreu em paralelo numa mesma temporalidade: a construção de um centro Cívico, a começar pelo novo Paço Municipal.

¹⁵ Josianne Cerasoli, em *Modernização no Plural* (2004) introduz esta leitura compartilhada em um movimento historiográfico recente, preocupado em antever a *transformação* da cidade, não numa perspectiva linear e monolítica, mas como um *processo*, nas “transições percebidas na experiência urbana – reais, planejadas ou desejadas”, entendendo logo cidade como *espaço* de “negociações e embates” (CERASOLI: 2004)

Investigando esta possível operação espacial, uma primeira evidência nos apareceu na planta comercial de autoria de Thomas e Cia., produzida em 1911. Nós descobrimos um índice nela indicado, e que nós demarcamos. Naquele momento, já se achava demolida toda a quadra do ponto da Praça João Mendes.



Fig. 8 - “Planta Cadastral e Comercial da Cidade de São Paulo” (1911). Editores: Thomas & Cia. APESP. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/documento_cartografico>. Elaboração da autora, 2018.

Complementando com o dado do jornal O Estado de S. Paulo, datado de 05/07/1911, confirmamos esse processo de demolição em andamento, em que, de acordo com o jornal, havia recommençado as “obras de demolição”, de “casas já desapropriadas da rua Capitão Salomão, no trecho da travessa da Esperança para baixo”, estando estas obras [...] levadas a efeito para o alargamento daquela via pública." Ou seja, as demolições começaram por aquele ponto, contrariando o termo das tratativas de abertura de ‘clareira’ na área que supostamente estaria destinada à construção da catedral (no Largo da Sé).

Aparentemente, também o local aberto tampouco foi investido de um consenso para a montagem do Paço. A isso notamos indo atrás do debate entre os políticos em esfera municipal, a partir de 1909. O vereador Sampaio Viana, na sessão de 05/06/1910, apresentou o “Requerimento N.9 de 1909”, que revelou um jogo de tensões dentro da esfera municipal, entre os atores legisladores e o ator-executivo - o prefeito. No documento oficial, relembavam, até onde sabiam, que a “faixa de terreno” defronte à Praça João Mendes estava

“destinada há muitos anos à construção do Paço Municipal desta cidade”, tendo a Câmara levantado “empréstimo externo” para seu fim, e cujas desapropriações já ocorriam. Todavia, “sem que a Câmara [tivesse] conhecimento de ser adiada a construção”, tampouco tendo conhecimento de o Prefeito, em concorrência pública, ter arrendado ou o cedido, foi construído nos terrenos do antigo Teatro S. José, “um grande barracão, não com caráter provisório, porque as obras que se est[avam] fazendo denota[va]m o intuito de permanência.”

Logo, este documento nos trouxe um processo de disputas na produção social daquele lugar. Isso se endossa para nós, uma vez que descobrimos, a partir da Leitura de Elizabeth Miyazaki (1979), uma imagem, com data de 1910, que foi analisado por ela da seguinte maneira:

O terreno murado à esquerda é hoje ocupado pela parte posterior da Catedral. Na época em que foi tirada a fotografia, nele estava instalado um circo. Os circos, então muito frequentes, representavam a herança de notável tradição e importante divertimento para a população. Além dos espetáculos de habilidade e do palhaço, havia representações teatrais, geralmente comédias (MIYAZAKI, 1979, p.11).

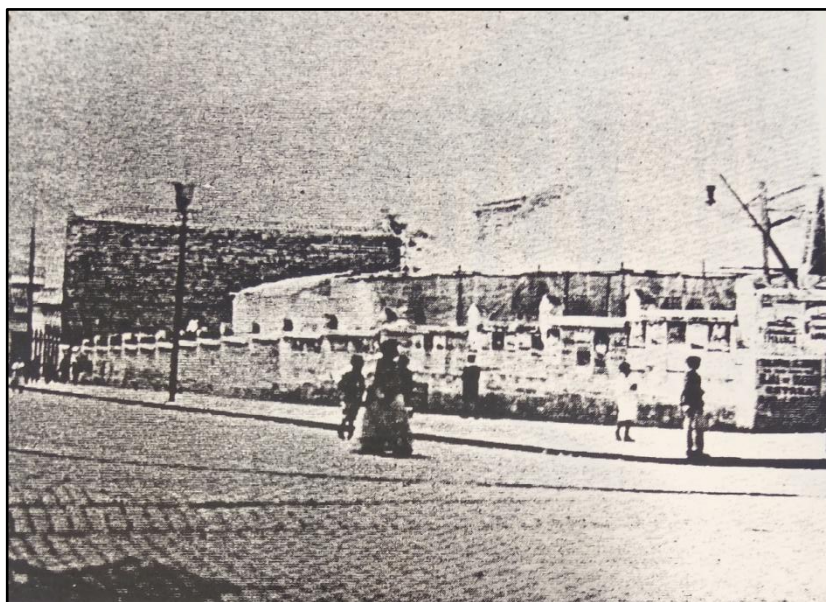


Fig. 9 - Memória da Sé - 1910. Fonte: MIYAZAKI, 1979, p.11.

3.1. A ideia do “centro cívico” na reconfiguração do Antigo Centro

Roseli D’Elboux (2015), em sua tese, nos trouxe uma outra face desta ideia de Centro de Cívico na Sé, ao analisar a presença do arquiteto francês Joseph Bouvard, Bouvard, quem

Fig. 10 - “Centro da Cidade de S. Paulo – Modificações projetadas – Centro Cívico”. Fonte: D’ELBOUX, 2015, p.547.

De fato, nós verificamos este processo de um arranjo de desapropriações sendo montado na esfera municipal pelo prefeito Antonio Prado, num índice que nós verificamos como justificação das primeiras desapropriações, pelo menos desde o início de 1908. O chamado “Ofício”, apresentado em sessão de 20/04/1908, confirmou o que D’Elboux a nós trouxe (D’ELBOUX, 2015, p.240), onde uma operação financeira de “empréstimo externo” com o “London and Brazilian Bank Limited”, de Londres, e mediação da “The Ethelburga Syndicate Limited”, de Londres”, reservando-se a soma de “1.200:000\$000” para o “Paço Municipal e desapropriações” esteve na costura do processo, reforçando ainda mais a arquitetura maior de uma “rede de relações econômicas”, unindo “homens poderosos através do Atlântico” (LOVE, 1982. p.344), tendo a presença estrangeira na trama que Love atentou, dos “negócios imobiliários” (LOVE, 1982, pp.280-281).

Ao mesmo tempo, o arcebispo D. Duarte, não apenas passou por cima da imagem que se pretendia para aquela cidade, no plano material e simbólico - quando, inclusive, os pilares de fundação do paço municipal chegaram a ser instalados no lugar anexo à Praça João Mendes - como mostramos abaixo -, como também foi ator que articulou 'relação conciliatória' de esferas públicas urbanas.



Fig. 11 - “I - Um aspecto do ato da colocação da primeira pedra do novo Paço Municipal. II - A pedra fundamental do edifício do Paço Municipal.” Fonte: O novo Paço Municipal. O Estado de S. Paulo. 10-07-1911.

3.1.1. Os acordos definitivos entre Mitra e esferas públicas para o desmonte (1909-1913)

Assim nós entendemos um mascaramento simbólico da articulação, de fato, acontecendo desde 1909, entre a mitra e as esferas públicas, todavia, forjando “para se construir a catedral em área maior, logo implicando valores da demolição maiores. Com isso,

se revelando uma tensão, forjando-se um vínculo das propriedades da quadra dos atores particulares implicados.”

Corroborando para isso o segundo documento, uma resposta também manuscrita, sem data precisa, assinada por Antonio Prado, referente ao que veio a ser a lei 1305, para os termos do acordo:

Segundo avaliação feita pela Diretoria de Obras, que baseou a importância das desapropriações sobre o valor locativo dos prédios interessados pela construção projetada, as despesas prováveis com as desapropriações devem elevar-se a 449:000\$000. Tendo encarregado o Dr. Procurador deve entender-se com os proprietários desses prédios sobre as quantias por eles exigidas, [...]. Em todo o caso, a despesa não poderá ser feita com os recursos da receita ordinária, exigindo uma operação de crédito. [grifos nossos] (Avulso. S.d. In: “Lei n.1305”. Prefeitura do Município de S. Paulo. Diretoria do Protocolo de Arquivo N°. LEG. AHM).

Os ofícios mencionados pelo documento foram três, abarcando planilhas com o estudo detalhado, realizado pelo órgão municipal e remetido à esfera eclesiástica. Constando desde a relação de nomes dos proprietários particulares, como seus respectivos imóveis - valores de locação e um índice em “Observações”, caracterizando tais imóveis como “sobrados velhos”, compreendidos nas ruas Marechal Deodoro, Santa Teresa e Capitão Salomão.

a Camara entra com.			a Mitra cede:		
Áreas edidas	Valor do M ²	Importancias	Áreas edidas	Valor do M ²	Importancias
1ª Casa a construzer de um Colchetal, a Camara traça seu desenho 2802 M ² de predios e terrenos, avaliados em 4000 \$000,00, ficando com base a cada locação o preço médio de 1 M ² de base, para a 155 \$000,00			Rodas e terrenos com a superficie de 1286 M ² , sendo 639 M ² em frente do 1º e 647 M ² em frente a Marechal Deodoro, 1º e 2º e 3º e 4º e 5º e 6º e 7º e 8º e 9º e 10º e 11º e 12º e 13º e 14º e 15º e 16º e 17º e 18º e 19º e 20º e 21º e 22º e 23º e 24º e 25º e 26º e 27º e 28º e 29º e 30º e 31º e 32º e 33º e 34º e 35º e 36º e 37º e 38º e 39º e 40º e 41º e 42º e 43º e 44º e 45º e 46º e 47º e 48º e 49º e 50º e 51º e 52º e 53º e 54º e 55º e 56º e 57º e 58º e 59º e 60º e 61º e 62º e 63º e 64º e 65º e 66º e 67º e 68º e 69º e 70º e 71º e 72º e 73º e 74º e 75º e 76º e 77º e 78º e 79º e 80º e 81º e 82º e 83º e 84º e 85º e 86º e 87º e 88º e 89º e 90º e 91º e 92º e 93º e 94º e 95º e 96º e 97º e 98º e 99º e 100º e 101º e 102º e 103º e 104º e 105º e 106º e 107º e 108º e 109º e 110º e 111º e 112º e 113º e 114º e 115º e 116º e 117º e 118º e 119º e 120º e 121º e 122º e 123º e 124º e 125º e 126º e 127º e 128º e 129º e 130º e 131º e 132º e 133º e 134º e 135º e 136º e 137º e 138º e 139º e 140º e 141º e 142º e 143º e 144º e 145º e 146º e 147º e 148º e 149º e 150º e 151º e 152º e 153º e 154º e 155º e 156º e 157º e 158º e 159º e 160º e 161º e 162º e 163º e 164º e 165º e 166º e 167º e 168º e 169º e 170º e 171º e 172º e 173º e 174º e 175º e 176º e 177º e 178º e 179º e 180º e 181º e 182º e 183º e 184º e 185º e 186º e 187º e 188º e 189º e 190º e 191º e 192º e 193º e 194º e 195º e 196º e 197º e 198º e 199º e 200º e 201º e 202º e 203º e 204º e 205º e 206º e 207º e 208º e 209º e 210º e 211º e 212º e 213º e 214º e 215º e 216º e 217º e 218º e 219º e 220º e 221º e 222º e 223º e 224º e 225º e 226º e 227º e 228º e 229º e 230º e 231º e 232º e 233º e 234º e 235º e 236º e 237º e 238º e 239º e 240º e 241º e 242º e 243º e 244º e 245º e 246º e 247º e 248º e 249º e 250º e 251º e 252º e 253º e 254º e 255º e 256º e 257º e 258º e 259º e 260º e 261º e 262º e 263º e 264º e 265º e 266º e 267º e 268º e 269º e 270º e 271º e 272º e 273º e 274º e 275º e 276º e 277º e 278º e 279º e 280º e 281º e 282º e 283º e 284º e 285º e 286º e 287º e 288º e 289º e 290º e 291º e 292º e 293º e 294º e 295º e 296º e 297º e 298º e 299º e 300º e 301º e 302º e 303º e 304º e 305º e 306º e 307º e 308º e 309º e 310º e 311º e 312º e 313º e 314º e 315º e 316º e 317º e 318º e 319º e 320º e 321º e 322º e 323º e 324º e 325º e 326º e 327º e 328º e 329º e 330º e 331º e 332º e 333º e 334º e 335º e 336º e 337º e 338º e 339º e 340º e 341º e 342º e 343º e 344º e 345º e 346º e 347º e 348º e 349º e 350º e 351º e 352º e 353º e 354º e 355º e 356º e 357º e 358º e 359º e 360º e 361º e 362º e 363º e 364º e 365º e 366º e 367º e 368º e 369º e 370º e 371º e 372º e 373º e 374º e 375º e 376º e 377º e 378º e 379º e 380º e 381º e 382º e 383º e 384º e 385º e 386º e 387º e 388º e 389º e 390º e 391º e 392º e 393º e 394º e 395º e 396º e 397º e 398º e 399º e 400º e 401º e 402º e 403º e 404º e 405º e 406º e 407º e 408º e 409º e 410º e 411º e 412º e 413º e 414º e 415º e 416º e 417º e 418º e 419º e 420º e 421º e 422º e 423º e 424º e 425º e 426º e 427º e 428º e 429º e 430º e 431º e 432º e 433º e 434º e 435º e 436º e 437º e 438º e 439º e 440º e 441º e 442º e 443º e 444º e 445º e 446º e 447º e 448º e 449º e 450º e 451º e 452º e 453º e 454º e 455º e 456º e 457º e 458º e 459º e 460º e 461º e 462º e 463º e 464º e 465º e 466º e 467º e 468º e 469º e 470º e 471º e 472º e 473º e 474º e 475º e 476º e 477º e 478º e 479º e 480º e 481º e 482º e 483º e 484º e 485º e 486º e 487º e 488º e 489º e 490º e 491º e 492º e 493º e 494º e 495º e 496º e 497º e 498º e 499º e 500º e 501º e 502º e 503º e 504º e 505º e 506º e 507º e 508º e 509º e 510º e 511º e 512º e 513º e 514º e 515º e 516º e 517º e 518º e 519º e 520º e 521º e 522º e 523º e 524º e 525º e 526º e 527º e 528º e 529º e 530º e 531º e 532º e 533º e 534º e 535º e 536º e 537º e 538º e 539º e 540º e 541º e 542º e 543º e 544º e 545º e 546º e 547º e 548º e 549º e 550º e 551º e 552º e 553º e 554º e 555º e 556º e 557º e 558º e 559º e 560º e 561º e 562º e 563º e 564º e 565º e 566º e 567º e 568º e 569º e 570º e 571º e 572º e 573º e 574º e 575º e 576º e 577º e 578º e 579º e 580º e 581º e 582º e 583º e 584º e 585º e 586º e 587º e 588º e 589º e 590º e 591º e 592º e 593º e 594º e 595º e 596º e 597º e 598º e 599º e 600º e 601º e 602º e 603º e 604º e 605º e 606º e 607º e 608º e 609º e 610º e 611º e 612º e 613º e 614º e 615º e 616º e 617º e 618º e 619º e 620º e 621º e 622º e 623º e 624º e 625º e 626º e 627º e 628º e 629º e 630º e 631º e 632º e 633º e 634º e 635º e 636º e 637º e 638º e 639º e 640º e 641º e 642º e 643º e 644º e 645º e 646º e 647º e 648º e 649º e 650º e 651º e 652º e 653º e 654º e 655º e 656º e 657º e 658º e 659º e 660º e 661º e 662º e 663º e 664º e 665º e 666º e 667º e 668º e 669º e 670º e 671º e 672º e 673º e 674º e 675º e 676º e 677º e 678º e 679º e 680º e 681º e 682º e 683º e 684º e 685º e 686º e 687º e 688º e 689º e 690º e 691º e 692º e 693º e 694º e 695º e 696º e 697º e 698º e 699º e 700º e 701º e 702º e 703º e 704º e 705º e 706º e 707º e 708º e 709º e 710º e 711º e 712º e 713º e 714º e 715º e 716º e 717º e 718º e 719º e 720º e 721º e 722º e 723º e 724º e 725º e 726º e 727º e 728º e 729º e 730º e 731º e 732º e 733º e 734º e 735º e 736º e 737º e 738º e 739º e 740º e 741º e 742º e 743º e 744º e 745º e 746º e 747º e 748º e 749º e 750º e 751º e 752º e 753º e 754º e 755º e 756º e 757º e 758º e 759º e 760º e 761º e 762º e 763º e 764º e 765º e 766º e 767º e 768º e 769º e 770º e 771º e 772º e 773º e 774º e 775º e 776º e 777º e 778º e 779º e 780º e 781º e 782º e 783º e 784º e 785º e 786º e 787º e 788º e 789º e 790º e 791º e 792º e 793º e 794º e 795º e 796º e 797º e 798º e 799º e 800º e 801º e 802º e 803º e 804º e 805º e 806º e 807º e 808º e 809º e 810º e 811º e 812º e 813º e 814º e 815º e 816º e 817º e 818º e 819º e 820º e 821º e 822º e 823º e 824º e 825º e 826º e 827º e 828º e 829º e 830º e 831º e 832º e 833º e 834º e 835º e 836º e 837º e 838º e 839º e 840º e 841º e 842º e 843º e 844º e 845º e 846º e 847º e 848º e 849º e 850º e 851º e 852º e 853º e 854º e 855º e 856º e 857º e 858º e 859º e 860º e 861º e 862º e 863º e 864º e 865º e 866º e 867º e 868º e 869º e 870º e 871º e 872º e 873º e 874º e 875º e 876º e 877º e 878º e 879º e 880º e 881º e 882º e 883º e 884º e 885º e 886º e 887º e 888º e 889º e 890º e 891º e 892º e 893º e 894º e 895º e 896º e 897º e 898º e 899º e 900º e 901º e 902º e 903º e 904º e 905º e 906º e 907º e 908º e 909º e 910º e 911º e 912º e 913º e 914º e 915º e 916º e 917º e 918º e 919º e 920º e 921º e 922º e 923º e 924º e 925º e 926º e 927º e 928º e 929º e 930º e 931º e 932º e 933º e 934º e 935º e 936º e 937º e 938º e 939º e 940º e 941º e 942º e 943º e 944º e 945º e 946º e 947º e 948º e 949º e 950º e 951º e 952º e 953º e 954º e 955º e 956º e 957º e 958º e 959º e 960º e 961º e 962º e 963º e 964º e 965º e 966º e 967º e 968º e 969º e 970º e 971º e 972º e 973º e 974º e 975º e 976º e 977º e 978º e 979º e 980º e 981º e 982º e 983º e 984º e 985º e 986º e 987º e 988º e 989º e 990º e 991º e 992º e 993º e 994º e 995º e 996º e 997º e 998º e 999º e 1000º e 1001º e 1002º e 1003º e 1004º e 1005º e 1006º e 1007º e 1008º e 1009º e 1010º e 1011º e 1012º e 1013º e 1014º e 1015º e 1016º e 1017º e 1018º e 1019º e 1020º e 1021º e 1022º e 1023º e 1024º e 1025º e 1026º e 1027º e 1028º e 1029º e 1030º e 1031º e 1032º e 1033º e 1034º e 1035º e 1036º e 1037º e 1038º e 1039º e 1040º e 1041º e 1042º e 1043º e 1044º e 1045º e 1046º e 1047º e 1048º e 1049º e 1050º e 1051º e 1052º e 1053º e 1054º e 1055º e 1056º e 1057º e 1058º e 1059º e 1060º e 1061º e 1062º e 1063º e 1064º e 1065º e 1066º e 1067º e 1068º e 1069º e 1070º e 1071º e 1072º e 1073º e 1074º e 1075º e 1076º e 1077º e 1078º e 1079º e 1080º e 1081º e 1082º e 1083º e 1084º e 1085º e 1086º e 1087º e 1088º e 1089º e 1090º e 1091º e 1092º e 1093º e 1094º e 1095º e 1096º e 1097º e 1098º e 1099º e 1100º e 1101º e 1102º e 1103º e 1104º e 1105º e 1106º e 1107º e 1108º e 1109º e 1110º e 1111º e 1112º e 1113º e 1114º e 1115º e 1116º e 1117º e 1118º e 1119º e 1120º e 1121º e 1122º e 1123º e 1124º e 1125º e 1126º e 1127º e 1128º e 1129º e 1130º e 1131º e 1132º e 1133º e 1134º e 1135º e 1136º e 1137º e 1138º e 1139º e 1140º e 1141º e 1142º e 1143º e 1144º e 1145º e 1146º e 1147º e 1148º e 1149º e 1150º e 1151º e 1152º e 1153º e 1154º e 1155º e 1156º e 1157º e 1158º e 1159º e 1160º e 1161º e 1162º e 1163º e 1164º e 1165º e 1166º e 1167º e 1168º e 1169º e 1170º e 1171º e 1172º e 1173º e 1174º e 1175º e 1176º e 1177º e 1178º e 1179º e 1180º e 1181º e 1182º e 1183º e 1184º e 1185º e 1186º e 1187º e 1188º e 1189º e 1190º e 1191º e 1192º e 1193º e 1194º e 1195º e 1196º e 1197º e 1198º e 1199º e 1200º e 1201º e 1202º e 1203º e 1204º e 1205º e 1206º e 1207º e 1208º e 1209º e 1210º e 1211º e 1212º e 1213º e 1214º e 1215º e 1216º e 1217º e 1218º e 1219º e 1220º e 1221º e 1222º e 1223º e 1224º e 1225º e 1226º e 1227º e 1228º e 1229º e 1230º e 1231º e 1232º e 1233º e 1234º e 1235º e 1236º e 1237º e 1238º e 1239º e 1240º e 1241º e 1242º e 1243º e 1244º e 1245º e 1246º e 1247º e 1248º e 1249º e 1250º e 1251º e 1252º e 1253º e 1254º e 1255º e 1256º e 1257º e 1258º e 1259º e 1260º e 1261º e 1262º e 1263º e 1264º e 1265º e 1266º e 1267º e 1268º e 1269º e 1270º e 1271º e 1272º e 1273º e 1274º e 1275º e 1276º e 1277º e 1278º e 1279º e 1280º e 1281º e 1282º e 1283º e 1284º e 1285º e 1286º e 1287º e 1288º e 1289º e 1290º e 1291º e 1292º e 1293º e 1294º e 1295º e 1296º e 1297º e 1298º e 1299º e 1300º e 1301º e 1302º e 1303º e 1304º e 1305º e 1306º e 1307º e 1308º e 1309º e 1310º e 1311º e 1312º e 1313º e 1314º e 1315º e 1316º e 1317º e 1318º e 1319º e 1320º e 1321º e 1322º e 1323º e 1324º e 1325º e 1326º e 1327º e 1328º e 1329º e 1330º e 1331º e 1332º e 1333º e 1334º e 1335º e 1336º e 1337º e 1338º e 1339º e 1340º e 1341º e 1342º e 1343º e 1344º e 1345º e 1346º e 1347º e 1348º e 1349º e 1350º e 1351º e 1352º e 1353º e 1354º e 1355º e 1356º e 1357º e 1358º e 1359º e 1360º e 1361º e 1362º e 1363º e 1364º e 1365º e 1366º e 1367º e 1368º e 1369º e 1370º e 1371º e 1372º e 1373º e 1374º e 1375º e 1376º e 1377º e 1378º e 1379º e 1380º e 1381º e 1382º e 1383º e 1384º e 1385º e 1386º e 1387º e 1388º e 1389º e 1390º e 1391º e 1392º e 1393º e 1394º e 1395º e 1396º e 1397º e 1398º e 1399º e 1400º e 1401º e 1402º e 1403º e 1404º e 1405º e 1406º e 1407º e 1408º e 1409º e 1410º e 1411º e 1412º e 1413º e 1414º e 1415º e 1416º e 1417º e 1418º e 1419º e 1420º e 1421º e 1422º e 1423º e 1424º e 1425º e 1426º e 1427º e 1428º e 1429º e 1430º e 1431º e 1432º e 1433º e 1434º e 1435º e 1436º e 1437º e 1438º e 1439º e 1440º e 1441º e 1442º e 1443º e 1444º e 1445º e 1446º e 1447º e 1448º e 1449º e 1450º e 1451º e 1452º e 1453º e 1454º e 1455º e 1456º e 1457º e 1458º e 1459º e 1460º e 1461º e 1462º e 1463º e 1464º e 1465º e 1466º e 1467º e 1468º e 1469º e 1470º e 1471º e 1472º e 1473º e 1474º e 1475º e 1476º e 1477º e 1478º e 1479º e 1480º e 1481º e 1482º e 1483º e 1484º e 1485º e 1486º e 1487º e 1488º e 1489º e 1490º e 1491º e 1492º e 1493º e 1494º e 1495º e 1496º e 1497º e 1498º e 1499º e 1500º e 1501º e 1502º e 1503º e 1504º e 1505º e 1506º e 1507º e 1508º e 1509º e 1510º e 1511º e 1512º e 1513º e 1514º e 1515º e 1516º e 1517º e 1518º e 1519º e 1520º e 1521º e 1522º e 1523º e 1524º e 1525º e 1526º e 1527º e 1528º e 1529º e 1530º e 1531º e 1532º e 1533º e 1534º e 1535º e 1536º e 1537º e 1538º e 1539º e 1540º e 1541º e 1542º e 1543º e 1544º e 1545º e 1546º e 1547º e 1548º e 1549º e 1550º e 1551º e 1552º e 1553º e 1554º e 1555º e 1556º e 1557º e 1558º e 1559º e 1560º e 1561º e 1562º e 1563º e 1564º e 1565º e 1566º e 1567º e 1568º e 1569º e 1570º e 1571º e 1572º e 1573º e 1574º e 1575º e 1576º e 1577º e 1578º e 1579º e 1580º e 1581º e 1582º e 1583º e 1584º e 1585º e 1586º e 1587º e 1588º e 1589º e 1590º e 1591º e 1592º e 1593º e 1594º e 1595º e 1596º e 1597º e 1598º e 1599º e 1600º e 1601º e 1602º e 1603º e 1604º e 1605º e 1606º e 1607º e 1608º e 1609º e 1610º e 1611º e 1612º e 1613º e 1614º e 1615º e 1616º e 1617º e 1618º e 1619º e 1620º e 1621º e 1622º e 1623º e 1624º e 1625º e 1626º e 1627º e 1628º e 1629º e 1630º e 1631º e 1632º e 1633º e 1634º e 1635º e 1636º e 1637º e 1638º e 1639º e 1640º e 1641º e 1642º e 1643º e 1644º e 1645º e 1646º e 1647º e 1648º e 1649º e 1650º e 1651º e 1652º e 1653º e 1654º e 1655º e 1656º e 1657º e 1658º e 1659º e 1660º e 1661º e 1662º e 1663º e 1664º e 1665º e 1666º e 1667º e 1668º e 1669º e 1670º e 1671º e 1672º e 1673º e 1674º e 1675º e 1676º e 1677º e 1678º e 1679º e 1680º e 1681º e 1682º e 1683º e 1684º e 1685º e 1686º e 1687º e 1688º e 1689º e 1690º e 1691º e 1692º e 1693º e 1694º e 1695º e 1696º e 1697º e 1698º e 1699º e 1700º e 1701º e 1702º e 1703º e 1704º e 1705º e 1706º e 1707º e 1708º e 1709º e 1710º e 1711º e 1712º e 1713º e 1714º e 1715º e 1716º e 1717º e 1718º e 1719º e 1720º e 1721º e 1722º e 1723º e 1724º e 1725º e 1726º e 1727º e 1728º e 1729º e 1730º e 1731º e 1732º e 1733º e 1734º e 1735º e 1736º e 1737º e 1738º e 1739º e 1740º e 1741º e 1742º e 1743º e 1744º e 1745º e 1746º e 1747º e 1748º e 1749º e 1750º e 1751º e 1752º e 1753º e 1754º e 1755º e 1756º e 1757º e 1758º e 1759º e 1760º e 1761º e 1762º e 1763º e 1764º e 1765º e 1766º e 1767º e 1768º e 1769º e 1770º e 1771º e 1772º e 1773º e 1774º e 1775º e 1776º e 1777º e 1778º e 1779º e 1780º e 1781º e 1782º e 1783º e 1784º e 1785º e 1786º e 1787º e 1788º e 1789º e 1790º e 1791º e 1792º e 1793º e 1794º e 1795º e 1796º e 1797º e 1798º e 1799º e 1800º e 1801º e 1802º e 1803º e 1804º e 1805º e 1806º e 1807º e 1808º e 1809º e 1810º e 1811º e 1812º e		

ele, uma vez “proprietária, na maioria das localidades, das terras do perímetro mais central”, a igreja “continuar[ia] dona dos mesmos, pois seu direito de propriedade [laudêmio] não lhe é tirado. Mas ficará agora sujeita às possibilidades de desapropriações de seus bens pelo poder público (ROSADA, 2011, p.204).

Por conseguinte, pelo documento com o informe de Antonio Prado, como os anexos, ficou clara uma tensão, em que concorreria como obstáculo à tratativa um outro circuito de cifras - para além daquele negociado, numa espécie de lucro indenizatório, pela igreja, descrito como “relativamente insignificante, apenas de 60:000\$000 de réis”, sendo tal retorno em cima de imóveis não-pertencentes a esse ator eclesiástico, um segundo, agenciado pelos atores proprietários na interação com o processo da reconfiguração urbana. A julgar a soma em réis que, de acordo com os cálculos da Prefeitura, a partir de colaboração de um braço técnico desse aparelho - a Diretoria de Obras, na figura de Victor Freire -, precisaria ser despendida, parece a nós outra evidência de que não se tratava de uma área menor.

A lógica da operação implicava, portanto, a colaboração da municipalidade - ou do prefeito, pois se valeu do instrumento da desapropriação da municipalidade para transformar patrimônio particular em *patrimônio municipal* - velando nesta operação a colaboração conjunta com o ator-particular (especulador), sobretudo porque os nomes daqueles que foram proprietários não aparecem no Livro de Ouro da Catedral - uma lacuna que nós entendemos como indicando a manutenção de um circuito seletivo, dominante e homogêneo, operando este arranjo de desmonte. Afinal, os imóveis já vinham se dispondo à propriedade da municipalidade, quando boa parte já vinha sendo desapropriada em função da construção, esta que não houve efetivamente naquela área, o Paço Municipal.¹⁶

Cumpramos sublinhar que, no momento em que se chegou ao acordo na Câmara Municipal, para avaliação das “Comissões Reunidas de Obras, Justiça e Finanças”, o “Parecer N.16”, em sessão ocorrida em 02/04/1910, e composta por Goulart Penteadó e José Oswald e Azevedo Soares, reforçava a alegação pela mitra, justificando o negócio no sentido de que “o terreno situado no Largo da Sé e que vem se agregar no patrimônio municipal, ocupado

¹⁶ Mônica Silveira Brito verificou a posição mediadora do ator institucional - a municipalidade -, não-passivo no acompanhamento deste intenso processo de operação imobiliária, quando parte considerável das terras ou lotes compunham, em realidade, o patrimônio municipal. Afinal, foi também essa esfera da “administração pública”, ou o círculo da elite dirigente, mais um dos espaços de inserção “direta ou indiretamente” pronunciados na trajetória dos atores proprietários nas áreas demolidas da região da Sé. (SILVEIRA BRITO: 2008) Proprietários, como nós já verificamos, incluindo nomes como Albuquerque Lins, então governador da Província do Estado; Antonio da Silva Prado, então Prefeito, indiretamente a partir da Chaves e Prado Comp. Ambos, partícipes de uma elite tradicional de longa duração nos processos de impulsionamento material da cidade. In: BRITO, Mônica Silveira. **A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890-1911.** São Paulo: FAU-USP, 2008.

atualmente pela Catedral, vale[ria] muito mais que aquele que tem de ser desapropriado pela Câmara se se quiser dar o valor real." Ou seja, o terreno das igreja superpunha 'valendo *mais*' do que o patrimônio laico que também deveria entrar no circuito da desapropriação. Minimizava-se, pois, esta face da operação do desmonte.

Por conseguinte, chegamos nas relações do Governador no arranjo entre as esferas públicas urbanas para o processo do desmonte na área da Sé. Uma vez quando o Estado era quem despendia as desapropriações da municipalidade - que, por sua vez, era quem agenciava, na figura do prefeito, os acordos, conforme vimos -, localizamos uma nota do Correio Paulistano, datada de 21 de novembro daquele mesmo ano, informando que "por parte do Estado os srs. dr. Albuquerque Lins, dr. Olavo Egydio e dr. Luiz Arthur Varella; por parte da arquidiocese, D. Duarte Leopoldo, arcebispo metropolitano", haviam assinado em concordância uma "escritura de acordo, desistência e quitação entre a Arquidiocese de São Paulo e o governo do Estado", sendo que o "sr. arcebispo metropolitano desistiu não só da ação que intentava contra a Fazenda do Estado, como também de qualquer reclamação, [...]." Portanto, assim entendemos que aquele que costurou o acordo inicialmente foi o prefeito Antonio Prado, evitando tensões entre as instituições do Estado e da Municipalidade.

Afinal, o dado agregado dos manuscritos do diário pessoal do ator-arcebispo corroborou uma política conciliadora, como vimos apontando, a par e concordância dos lugares partícipes, e que realçou também, mais uma vez, o perfil de especulador deste personagem no processo da reconfiguração espacial da Sé naquele momento. Assim depreendemos desta fonte - o seu Diário -, dois fragmentos, que destacamos aqui. O primeiro, de autoria do Arcediago de Capitais, endereçado a D. Duarte, com data de 12 de fevereiro de 1913, pedia o "consentimento para a permuta do terreno da Catedral", uma vez quando

[s]ubestimado a um plano geral de melhoramentos da capital, propõe o Governo do Estado, de acordo com a municipalidade, ceder à Mitra o local onde atualmente se começou a edificar o Paço Municipal, para ser ali construída a catedral metropolitana, cuja fachada principal passa para o Largo da Sé ampliado e embelezado. É evidente a magnificência do projeto que, dando à nossa catedral singular sede, contribui entrossadamente para o embelezamento da nossa já formosa capital. [...], precisa o Arcebispo que [...] conceda um consentimento para permutar o terreno da Catedral por isso equivalente no local indicado, [...]. (ARCEDIAGO de Capitais. "Em que se pede o consentimento do Cabido para a permuta do termo da Catedral". São Paulo: 12 de fevereiro de 1913.)

A resposta do D. Duarte seria remetida no dia seguinte, endossando tratar-se de "um projeto magnífico; [e] depois de ter [...] ouvido o parecer da Comissão [...] prestou um

consentimento para permuta do terreno da Catedral por isso equivalente no total indicado, podendo para esse fim praticar todos os convenientes e necessários.”

Na sequência das tratativas, ainda localizamos mais uma evidência conciliadora no Correio Paulistano, com data de 16/02/1913. Publicou-se, uma espécie de carta-agradecimento de D. Duarte a um mediador para o desenrolar do processo na Comissão Executiva de Obras: o secretário da Agricultura, Paulo de Moraes Barros, que

tendo ouvido o parecer do Revmo. Cabido e da Comissão Executiva das Obras [...], deliberou-se aceitar o alvitre, **em boa hora lembrado por v. ex. em nome do exmo. Sr. Presidente do Estado e de acordo com a exma. Prefeitura**, de ser a nova Catedral construída no local atualmente ocupado pelas obras do Paço Municipal. [...].

A resolução tomada por s. exc. revma., conjugando os interesses da igreja paulista, [...], com os interesses da capital, na parte respeitante ao seu embelezamento, é mais uma prova a confirmar os sentimentos cívicos do ilustre prelado, [...]. [grifos meus] (LEOPOLDO, D. Duarte Leopoldo e “Consentimento prestado pelo Cabido à consulta de Ex. Revo.”. São Paulo, 13 de fevereiro de 1913.)

3.1.2. As desapropriações e a presença dos atores particulares no processo

A aproximação do dado desapropriatório como via de análise, implica em lidar com um paradoxo. O arranjo dos acordos desapropriatórios contém, no limite, uma unilateralidade. Permite chegar, de fato, à camada detentora de titularidade daquele lugar, os proprietários. Por outro lado, porém, Paulo Garcez Marinz alertou sobre o olhar da historiografia que aponta o protagonismo do ator-externo - estrangeiro - na produção do espaço urbano. Para ele, essa ideia resulta num “empalidecimento da capacidade operativa” das chamadas elites locais, numa condição de “receptores e consumidores passivos” dos moldes modernos, simplificando o “comportamento propositivo e ativo” desses atores, tanto quanto dos “setores médios e da população pobre ou escrava” (GARCEZ: 2011)

Elaboramos uma tabulação das desapropriações na área da Sé no período, com a preocupação de contemplarmos o dado social, remontando o circuito dos *nomes* dos atores-desapropriados; a *numeração dos imóveis* desapropriados para os levantamentos de identificação dos usos nos jornais, por sua vez extraída dos dispositivos desapropriatórios que foram nossa informação preliminar nesse sentido. Procurávamos, também, o ano da demolição, estabelecendo para nós um índice temporal na tabulação. Assim, também atentamos para os logradouros atingidos, comportando igualmente uma referência à temporalidade da toponímia, ou seja, a variação das denominações, que mobilizamos na busca

nos jornais. Por fim, na tabulação listamos algo mais raro nas histórias sobre a área em estudo: as cifras da demolição.

TABELA 8 DESAPROPRIAÇÕES NO PERÍMETRO DA SÉ (1910)						
LARGO DA SÉ						
LEI / DECRETO	Nº DO IMÓVEL	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA	PROPRIETÁRIO	VALOR	AUTORIDADE
Lei n.1409, de 17 de abril de 1911	Igreja de S. Pedro	Permuta	Alinhamento	Irmandade dos Clérigos de S. Pedro	25:000\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
RUA CAPITÃO SALOMÃO / RUA DA ESPERANÇA						
LEI / DECRETO	Nº DO IMÓVEL	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA	PROPRIETÁRIO	VALOR	AUTORIDADE
Lei n. 1083, de 30 de abril de 1908	36 e 36-A	Arrematação	Construção do Paço Municipal	Agostinho Pinto de Mendonça	45:001\$000	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n. 1139, de 9 de outubro de 1908	36-A	Arrematação	Construção do Paço Municipal	Agostinho Pinto de Mendonça	45:001\$000	Astrubal Augusto do Nascimento (Prefeito)
Lei n.1142, de 9 de outubro de 1908	38, 40 e 48-A	Acordo	Construção do Paço Municipal	Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (40 e 48); Henrique Schaumann (38)	19:000\$000 (38); 130:000\$000 (40, 42, 44, 46 a 46-C; 48 a 48-A)	Astrubal Augusto do Nascimento (Prefeito)
Lei n.1144, de 17 de outubro de 1908	50 e 50-A	Acordo	Construção do Paço Municipal	Agostinho Pinto de Mendonça	25:000\$000	Astrubal Augusto do Nascimento (Prefeito)

Decreto n. 1716, de 20 de março de 1909	8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 34-A	Utilidade pública	Construção de Repartições Públicas	Anna Lourenço Pimentel (8); Manoel da Silva Porto (10, 12, 14 e 16); Luiz Pizotti (22); Clotilde Xavier Bueno (18-18-A); Mosteiro São Bento (20 e 24); Pulcheria de Araujo Cintra (26); Emílio de Paula Jorge (28); Antonio Cardoso Ferrão (30); Mansuetto Simonini (32); Nicolau Padula (34-34-A)	12:000\$000 (8); 6:000\$000 (10), 14:000\$000 (12), 20:000\$000 (14) e 6:500\$000 (16); 23:000\$000 (18-18-A); 17:000\$000 (22); 17:000\$000 (20) e 13:000\$000 (24); 12:000\$000 (26); 17:000\$000 (28); 14:000\$000 (30); 45:000\$000 (34-34-A)	M. J. de Albuquerque Lins (Presidente da Província)
Lei n.1200, de 23 de abril de 1909	6	Utilidade pública	Construção do Paço Municipal	Anna Maria Furlani e outros	Não consta	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1305, de 11 de abril de 1910	6	Utilidade pública	Construção da nova catedral	Antonio de Lima Prado	Não consta	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1338, de 27 de junho de 1910	6	Acordo	Construção da nova catedral	Marcolino Cruz do Nascimento	7:000\$000	Astrubal Augusto do Nascimento (Prefeito)
Lei n.1625, de 28 de novembro de 1912	11	Acordo (verba "Indenizações")	Formação de uma praça	Leonora Druker	650\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
RUA MARECHAL DEODORO / RUA DO IMPERADOR / RUA DO SÃO GONÇALO						
LEI / DECRETO	Nº DO IMÓVEL	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA	PROPRIETÁRIO	VALOR	AUTORIDADE
Lei n.1185, de 1º de fevereiro de 1909	33	Acordo	Construção do Paço Municipal	João Emygdio Ribeiro	65:000\$000	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Decreto n. 1716, de 20 de março de 1909	15, 17, 19, 19-A, 21, 23, 25, 27 e 29	Utilidade pública	Construção de Repartições Públicas	Carolina Telles de Escobar e Reinaldo Porchat (19, 19-A, 21 e 23); João Evangelista de Sousa (25 e 27); Silvio Mori (29);	450:000\$000 (19, 19-A, 21 e 23);	M. J. de Albuquerque Lins (Governador)

Aviso 676, de 01 de agosto de 1909	13, 15 e 15-A	Não consta	Melhoramentos do Largo da Sé	Thereza de Souza Franco Monteiro	50:000\$000	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1263, de 19 de novembro de 1909	31	Acordo	Construção do Paço Municipal	Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	44:000\$000	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1305, de 11 de abril de 1910	3, 5, 7 e 13	Utilidade pública	Construção da nova Catedral	Mitra de S. Paulo	272:815\$000	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1327, de 1º de junho de 1910	35	Acordo	Construção do Paço Municipal	João Baptista de M. Vieira	28:000\$000	Astrubal Augusto do Nascimento (Prefeito)
Lei n.1338, de 27 de julho de 1910	3	Acordo	Construção do Paço Municipal	Clovis Glycerio	50:000\$000	Astrubal Augusto do Nascimento (Prefeito)
Lei n.1374, de 7 de fevereiro de 1911	5, 9, 9-A, 11 e 13	Compra ou Desapropriação	Aplicação da Lei n.1.305, de 11 de abril de 1910	Manuel Feliciano de Castilho (9, 9-A e 9-B);	Não consta	Raymundo Duprat (Prefeito)
Lei n.1387, de 25 de fevereiro de 1911	7 e 7-A	Compra	Aplicação da Lei n.1.305, de 11 de abril de 1910 Construção da nova Catedral (Lei nº 1324, de 31 de maio de 1910)	Prado Chaves e Comp.	110:000\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
Lei n.1444, de 12 de agosto de 1911	9-A, 9-B, 11 e 11-A	Acordo (verba Desapropriações)	Formação de uma praça	Manuel Feliciano de Castilho	87:500\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
Lei n.1446, de 29 de agosto de 1911	5	Acordo (verba Desapropriações)	Alinhamento	Amador da Cunha Bueno	550\$000 / 160:000\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
RUA SANTA THEREZA / RUA SANTA THERESA / RUA SANTA TERESA						
LEI / DECRETO	Nº DO IMÓVEL	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA	PROPRIETÁRIO	VALOR	AUTORIDADE
Lei n.1265, de 22 de novembro de 1909	10 e 10-A	Arrematação	Alinhamento	Manuel Antonio de Carvalho	30:100\$000	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1305, de 11 de abril de 1910	4 a 8-A e 12	Permuta	Construção da nova Catedral	Mitra de S. Paulo	272:815\$000	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1391, de 7 de março de 1911	4 e 4-A	Acordo	Aplicação da Lei n.1305, de 11 de abril de 1910	Fco. Almeida Prado [Francisco Almeida Prado?]	48:000\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
Lei n.1444, de 12 de agosto de 1911	2	Acordo (verba Desapropriações)	Formação de uma praça	Manuel Feliciano de Castilho	87:000\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)

Lei n.1418, de 5 de maio de 1911	12	Acordo	Aplicação da Lei n.1305, de 11 de abril de 1910	Bruno Bresser Monteiro	60:000\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
Lei n.1438, de 20 de julho de 1911	6, 6-A, 8 e 8-A	Compra	Formação de uma praça	Josina do Nascimento Coutinho A. Rocha	190:000\$000	Raymundo Duprat (Prefeito)
TRAVESSA DA ESPERANÇA						
LEI / DECRETO	Nº DO IMÓVEL	MODALIDADE	JUSTIFICATIVA	PROPRIETÁRIO	VALOR	AUTORIDADE
Lei n.1189, de 18 de fevereiro de 1909	6	Utilidade pública	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta
Decreto n.1716, de 20 de março de 1909	1, 3, 5 e 7	Utilidade pública	Construção de edifícios destinados a Repartições Públicas	Não consta	17:300\$000 (1)	M. J. de Albuquerque Lins (Governador)
Lei n.1209, de 24 de abril de 1909	6 e 8	Utilidade pública	Construção do Paço Municipal	Zenze Verona (6); Antonio Rego Veiras (8)	3:092\$000 [6:184\$000 sendo desapropriação judicial, segundo O Estado de S. Paulo]	Antonio da Silva Prado (Prefeito)
Lei n.1336, de 21 de julho de 1910	6	Indenização	Não consta	Genesis Braulio Rodrigues, Antonia Benedicta de Toledo Santos e Adelina Amelung de Toledo	1:373\$000	Astrubal Augusto do Nascimento (Prefeito)

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018.

Na observação que nós chegamos, ficou claro que um círculo de proprietários particulares detinha a propriedade de quase a totalidade dos imóveis conformadores das quadras investigadas¹⁷. Então, nós investigamos nos jornais o perfil social dos indivíduos

¹⁷ Partindo destes termos, o perfil destes atores proprietários, que já notamos advindo em maioria dos quadros da elite tradicional, também se constituiu de modo semelhante aos setores médios, de uma enorme mobilidade. Isso notou a historiadora econômica Zélia Cardoso de Mello, no estudo *Metamorfozes da Riqueza* (1981). No contexto anterior ao século XX, conduziram um ingresso capitalista, conforme a demanda de uma estrutura agroexportadora complexa da economia do café, que exigiu um aperfeiçoamento de redes bancárias, maquinários e ferrovias, concorrendo o papel, fosse “direta ou indiretamente” - por meio de redes familiares -, como “diretores” ou “acionistas” em companhias. Todavia, estes mesmos atores, oriundos da elite de base agrária, e que se configuravam como os grandes “fazendeiros” do Oeste Paulista, distribuídos nas regiões como Campinas e Jundiaí, correspondeu não a uma especialização como tipicamente urbana, ou aqueles com propriedades tipicamente rurais próximas dos lugares urbanos, e propriedades tipicamente agrícolas, e ao mesmo tempo propriedades na capital. (CARDOSO DE MELLO: 1981) Estes atores que agenciaram o processo de efervescência do café, a partir de 1870, sempre operaram “múltiplas atividades urbanas”, não concentrando sua riqueza somente neste aperfeiçoamento para o café. Pelo contrário, tratou-se de uma economia de “diversificação”, no modo como interagiram estes atores às transformações modernizadoras do capital. Desse

proprietários. Logo, o procedimento seguinte foi montar uma tabulação simples com esse quadro:

TABELA 9 PROPRIETÁRIOS DESAPROPRIADOS NA ÁREA DA SÉ (1910)	
RUA CAPITÃO SALOMÃO	
NOME	OCUPAÇÃO SOCIAL
Agostinho Pinto de Mendonça	Ocupou cargo de 1º juiz de paz do distrito de Vila Mariana (“Correio Paulistano”. 22/01/1899); era 5º subdelegado do Sul da Sé (“Correio Paulistano”. 11/10/1904)
Henrique Schaumann	Representante da Companhia Paulista Importadora de Drogas (“Correio Paulistano”. 27/07/1890); ‘farmacêutico’ (“Correio Paulistano”. 21/08/1892); proprietário de fazenda no Espírito Santo do Pinhal (“O Commercio de S. Paulo. 29/01/1896); ocupou cargo como diretor do Laboratório de Análises Clínicas (“O Commercio de S. Paulo”. 09/01/1896); vereador, membro da Comissão de Justiça e Polícia, e interlocutor junto a Comissão de Higiene e Saúde” (“Correio Paulistano”. 18/12/1892); membro de associação comercial, ao lado de nomes como Armando Prado e Silva Telles (“Correio Paulistano”. 18-12-1904); Proprietário de lote no Largo da Sé (“O Commercio de S. Paulo. 14/01/1908);
Manuel da Silva Porto	“Coronel” (“Diário Nacional”. 29/05/1928)
Luiz Pizzotti	“Capitalista residente no bairro da Mooca” (“Correio Paulistano”. 20/10/1914); loteador de casas na Mooca, Taguary e Javry (“A Gazeta”. 17/08/1915); “Conhecido industrial” na capital (“O Combate”. 15/09/1922);
Pulcheria de Araujo Cintra	Acionista da Companhia Mogiana (“Relatório da Companhia Mogiana”, 1899);
Emilio de Paula Jorge	Capitão da milícia da Guarda Nacional (“Correio Paulistano.” 08/04/1904); sócio fundador do Clube da Guarda Nacional (“Correio Paulistano”. 27/09/1904);
Antonio Cardoso Ferrão	Negociante de fazendas de seda, lã, linho, algodão, perfumaria, modas e armarinho, a varejo, na Rua de São Bento, 70 (“Indicador de São Paulo - Administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial, 1878”); membro do Conselho Fiscal da Companhia Cantareira de Esgotos (“Correio Paulistano”. 21/04/1981); secretário da Companhia Carris de Ferro de S. Paulo (“Correio Paulistano”. 23/08/1187); fornecedor de material de ferro para obras de saneamento do Estado (“A Nação”. 12/09/1897);
Nicolau Padula	Proprietário de imóveis na rua da Glória (“O Estado de S. Paulo”. 20/05/1898); negociante, com fábrica de doces (“Correio Paulistano.” 19/06/1926);
Marcolino Cruz do Nascimento	Formado na Escola de Comércio “Alvares Penteado” (“Correio Paulistano”. 28/07/1909)

modo, conseguimos compreender aquilo que evidenciou Cardoso de Mello, que estes atores concentraram a maior parte de suas riquezas - estas já aquiescidas, como afirmou Richard Morse, na obra pioneira *De Cidade à Metrópole* (1954) no momento anterior ao café, potencializadas por pelo menos um século de lavoura canavieira, em épocas coloniais -, em realidade, por “imóveis e os valores imobiliários.” (CARDOSO DE MELLO: 1981)

Leonora Druker	Viúva de Alberto Eugenio de Moraes, um dos diretores da Cia. Urbana Predial (“Correio Paulistano”. 19/08/1937)
RUA MARECHAL DEODORO	
NOME	OCUPAÇÃO SOCIAL
João Emygdio Ribeiro	Acionista incorporador da Companhia Predial de S. Paulo (“O Mercanti”. 07-09-1880); diretor do Banco Provincial de São Paulo (“Sentinella da Monarchia”. 27-10-1889); diretor-secretário do Banco Popular de São Paulo (“Sentinella da Monarchia”. 11-09-1889); acionista incorporador da Companhia Rural de São Paulo (“Correio Paulistano”. 20-03-1891) suplente da Companhia de Tapessaria e Móveis, importadora e exportadora de móveis. (“O Mercanti”. 04-01-1891); conhecido como abastado e importante industrial (“Correio Paulistano”. 04-04-1902); diretor do Instituto D. Anna Rosa, beneficente, com sede em Vila Mariana, tendo à frente a família Queiroz (“Correio Paulistano”. 18-01-1905); dono de negócio litográfico no imóvel desapropriado (“Correio Paulistano”. 14-12-1905); morador na Rua da Liberdade, 46 (“Correio Paulistano”. 01-09-1912)
Carolina Telles de Escobar	Integrava as Exposições Preparatórias da Escola Complementar Normal, com os chamados trabalhos femininos, ao lado de nomes como de Antonieta Leite Penteadado (“O Commercio de S. Paulo”. 05/06/1908)
João Evangelista de Souza	Capitão e 2ª subdelegado da Sé (“O Commercio de S. Paulo. 10/09/1901)
Silvio Mori	Negociante italiano, que situava negócio - aparentemente um botequim, no n.21 da R. Marechal Deodoro (“Correio Paulistano”. 30/05/1904); residia também negócio na rua Marechal Deodoro, 29 (“O Estado de S. Paulo.” 06/02/1906); frequentador de um circuito cultural de exposições de pintura italiana contemporânea, ao lado de nomes como Alfredo Volpi e Annita Mafaltti (“O Combate”. 03/06/1919)
Clovis Glycerio	Formação na Escola Politécnica de S. Paulo (“Correio Paulistano”. 15/06/1898); Associado ao Automóvel Club de S. Paulo, ao lado de nomes como conde Sylvio Penteadado (“Correio Paulistano”. 12/06/1908); Engenheiro (civil) da Companhia Mogyana (“Correio Paulistano. 12/05/1910); Filho de Francisco Glycerio, membro da Comissão Diretora do Partido Republicano (“Correio Paulistano.” 06/03/1914); Engenheiro e fiscal do governo federal, junto à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Mato Grosso (“Correio Paulistano”. 31/12/1914);
Prado Chaves e Comp.	Associado o conselheiro Antonio Prado em firma (“Correio Paulistano”. 06/12/1911); Ramificada em ramo de venda de veículo de luxo (“Correio Paulistano”. 19/07/1913); monopólio na exportação do café no convênio anglo-brasileiro (“Correio Paulistano”. 26/11/1915); monopólio na exportação de café no convênio franco-brasileiro (“O Combate”. 18/07/1918);
Amador da Cunha Bueno	Advogado, possuía seu escritório no imóvel desapropriado, e residia na rua do Ipiranga, 159-A (“Correio Paulistano”, 1904); especulava terrenos devolutos no bairro da Mooca (“Correio Paulistano”, 24-04-1912); frequentador do Salão Germânia, espaço para “famílias de elevada reputação” no circuito social (“Correio Paulistano”. 05-04-1913) acionista da Companhia Mogyana, ao lado de nomes como dos vereadores Antonio Lobo e Augusto Guimarães (“Correio Paulistano”. 29-06-1915)
RUA SANTA TERESA	

NOME	OCUPAÇÃO SOCIAL
Francisco de Almeida Prado	Filho do fazendeiro indistuba Antonio Leite de Almeida Prado, e formado na Escola Politécnica de Zurich (“Correio Paulistano”. 30/05/1884); membro da Comissão Diretora do Partido Republicano (“Correio Paulistano”. 12/01/1909); morador na Avenida Paulista, 102 (“Correio Paulistano”. 04/11/1909); vice-presidente da Câmara Municipal de Orlandia (“Correio Paulistano”. 23/02/1913); Sócio efetivo do Jockey-Club, ao lado de nomes como Frederico de Souza Queiroz (“Correio Paulistano”. 23/09/1917);

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2018.

A informação por selos, contida nas “plantas do DESAP, nos informa acerca do cálculo da municipalidade para o valor do metro quadrado na área do Centro, o que nos permitiu chegar à evidência do parcelamento de solo existente para a área no começo do século XX”, confirmando nossa tese de uma permanência desse mercado imobiliário elitizado na área da Sé de longa duração, como Beatriz Piccolotto Bueno tem mostrado (2016).

A planta abaixo veio a corresponder à operação de desapropriação de todo o quarteirão do miolo da faixa demolida, efetuada – leia-se paga - pelo Presidente da Província, Albuquerque Lins, num processo originado no “Decreto n.1716/1909”.

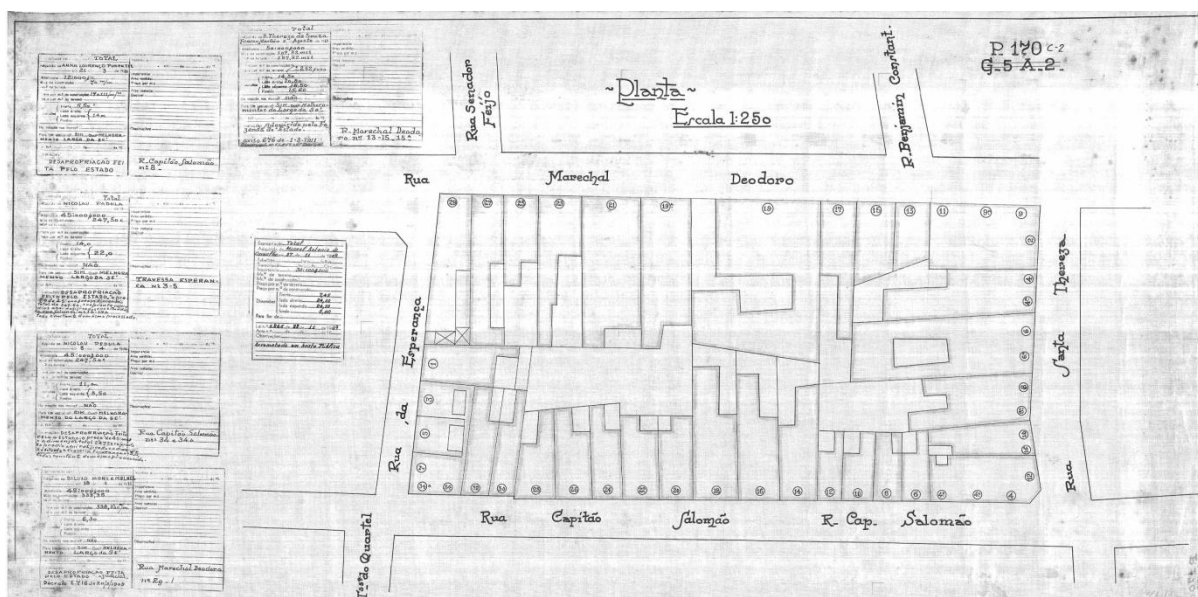


Fig. 15 - Fonte: Planta 170_C2. DESAP.

Conforme havíamos problematizado, e destacaremos aqui com um micro-exemplo, como selecionamos, o particular Agostinho Pinto de Mendonça:

Propriedade para o <i>Total</i>	Vendido a
Adquirido de <i>Cap. Agostinho Pinto de Mendonça</i> em <i>30 de Junho</i> de 1908	em de de 19
Importancia <i>45.001\$000</i>	Importancia:
M ² de construção: <i>1180,86</i>	Area vendida:
M ² de terreno: <i>2007</i>	Preço por m ² :
Preço por m ² de construção: <i>38,11</i>	Area restante:
Preço por m ² de terreno: <i>22,44</i>	Destino: <i>Toda a area adquirida foi destinada a construção do Paço Municipal.</i>
Dimensões: (Frente: <i>220</i> Lado direito: <i>2240</i> Lado esquerdo: <i>2240</i> Fundos: <i>8,85</i>)	Observações:
Ha mesação nos muros? <i>nao</i>	
Para fim exclusivo <i>Sim</i> Qual? <i>Constr. do Paço Municipal.</i>	
Mat. N.º <i>1083</i> <i>30</i> de <i>Abril</i> de 1908	
Operação: <i>Comprado em hasta publica - Espolio do Cap. Agostinho Pinto de Mendonça.</i>	

Fig. 16 - Fonte: Planta-Lei 1083/1908. 137_B1. DESAP.

Este proprietário era ainda subdelegado do Sul da Sé (Tabela 7) e recebeu pelo imóvel de n.36/36-A uma soma vultosa em conto de réis de 45:001\$000. Para seu imóvel, não localizamos o uso. O lote tinha dimensões mínimas, como o selo traz – “180m86cm²” de área da construção, por “200m7cm²” de área do lote. Outro detalhe é que se tratou de uma operação em hasta pública. Ou seja, uma situação onde o próprio proprietário fixou o valor a ser recebido pelo lote, e levou, com a compra dispendida por esse ator, a municipalidade, numa lógica inversa do arranjo que, comumente, era operado por esta esfera como vendedora de terrenos do seu patrimônio municipal, sendo pouco comum aparecer neste tipo de relação como compradora do patrimônio particular (KUVASNEY, 2017, pp.168, 438).

A camara arrematou hontem em praça publica, por 45:001\$000 réis, o predio n. 36-A, da rua Capitão Salomão, localizado na quadra em que deverá ser construido o paço municipal.
O predio pertence ao espolio do Agostinho Pinto de Mendonça.

Fig. 17 - Prédio Arrematado. O Estado de S. Paulo [Notas e Informações]. 01-07-1908

Importa ainda observar que este proprietário levou ainda outra soma em réis de 25:000\$000 (logo, um valor total de 70:000:000, por apenas dois lotes nessa área da Sé), por operação desapropriatória pela Lei n.1144/1908, para os imóveis de ns. 50 e 50-A. No caso deste, nós verificamos que ali havia um cortiço. Então, agregando ao dado com o do jornal, nos chamou a atenção um requerimento vinculado a esse proprietário, e que o figura como um agente operando uma lógica de encortiçamento duradoura no processo, localizada na passagem do século XIX para o XX:



Fig. 18 - Requerimentos. Correio Paulistano. 24-03-1885.

Um segundo aspecto que havia nos chamado a atenção preliminarmente, a partir da tabulação das desapropriações, foi um índice de um arranjo sistemático dos acordos, com poucas exceções, obedecendo à tônica “amigável” - ou, conforme a redação-padrão dos debates na esfera da Câmara Municipal, a concordância pela expressão de ‘valor justo’.

Flávio Eduardo Di Monaco (2007) enfocou em seu texto a relação pouco explorada dos poderes urbanos como atores na lógica dos arranjos desapropriatórios. Para tanto, sublinhou tal aspecto da interação desses atores institucionais com a mudança, se apropriando de um lugar *ativo e antecipatório* na *construção e reconstrução da cidade* (DI MONACO, 2007, p.205), guardando no seu ideário urbano uma *racionalidade avalorística*, assim *mistificando* o arcabouço da *legislação urbanística* - dentro da qual, o instrumento desapropriatório, tomado *exclusivamente em si mesmo*, como um "instrumento descompromissado de atuação da vontade estatal" (DI MONACO, 2007, p.17).

Como Di Monaco bem sustenta, o arranjo desapropriatório paulistano, à maneira de processos transformadores, que incorreram sobre um quadro *complexo* e de fricções (DI MONACO, 2007, pp.227-228), conformou um índice em que "o poder público, assim como seu patrimônio", acabaram se confundindo “com o poder e o patrimônio privado dos chefes políticos locais ou regionais.” (DI MONACO, 2007, p.229).

Dessa forma, quando verificamos no índice das leis na tabulação, essa modalidade de ‘utilidade pública’, em realidade, tratou-se de outra etiqueta que demandou uma configuração, nos termos técnicos da “desapropriação total de imóveis parcialmente declarados como de utilidade pública”, que permitiu “mais que uma prerrogativa do poder expropriante, um direito conferido ao proprietário, a fim de que não suportasse o ônus de ter seu imóvel desvalorizado em função da desapropriação parcial.” (DI MONACO, 2007, p.240) Portanto, nos termos de Di Mônaco, havia uma *indústria das desapropriações* favorecendo os proprietários, em colaboração das esferas municipal e do Estado, legitimando assim, na “disciplina [exclusiva] do direito privado”, o “prejuízo das finanças municipais” (DI MONACO, 2007):

Os cofres públicos deveriam financiar o novo, demolir e construir. E foi isto que aconteceu. Os planos de melhoramentos da cidade sempre apontaram como grande vantagem os poucos recursos que eram necessários para que fossem concretizados. [...] Na realização de um plano [a exemplo do de Bouvard] o custo da obra poderia ser amortizado por desapropriações e imóveis envelhecidos que, demolidos, eram reincorporados ao mercado imobiliário como imóveis novos, valorizados” (DI MONACO, 2007, p.238).

3.1.3. O circuito social da obra

Fernando Atique tem mostrado que o circuito social das demolições perpassa os mesmos trâmites de “idealização, da produção, da construção, da circulação”, da construção (ATIQUE, 2016, p.217).

Analisando a imprensa, pudemos descobrir algo importante. Peixoto Junior, em matéria publicada no jornal Correio Paulistano, de nome, “A Nova Catedral”, em 06/07/1913 revelou algo curioso, contrário à celebração de “progresso e melhoramentos” que vimos até aqui. Disse Peixoto Junior: “desapareceu a velha Sé, [...], e em cujo recinto se formaram, [...], os primeiros laços da família paulista - nobre estirpe de heróis”. Anteriormente, em 12/05/1912, uma nota d’O Estado de S. Paulo já havia sinalizado essa ideia sendo socialmente produzida passando a inventar o espaço urbano, num papel dos dois “velhos” templos (BREFE, 1993, p.2) indicando, como pontuou George Dantas, o “dilema do progresso, entre o novo e o antigo” (DANTAS, 2018, p.11). O dilema do progresso, curiosamente, também se manifestaria no próprio Dom Duarte Leopoldo. O Monsenhor Moraes de Mattos aponta, em seu já citado trabalho, que

Contava Dom Duarte (Memórias) que depois de determinada a demolição da velha Sé, teve que seguir para Roma, a serviço da Arquidiocese. Voltando de Roma, Dom Duarte passando de carro pela Praça da Sé, não mais viu a Sé

dos antepassados bandeirantes. Comprimiu-lhe a alma e arcaram-lhe os ombros, sentindo a sua responsabilidade, enorme peso de quem quer demolir, deve fazer coisa melhor (MATTOS, 1992, p.53).

D. Duarte observou uma “[d]ifícil situação, diante dos [...] que não poderiam conceber a ideia, de, [...] desaparecer o templo de todos os seus antepassados; de verificar que todo o passado do centro da cidade iria sofrer tão radical modificação” (MATTOS, 1992, p.38). A passagem, retirada de um trabalho de um religioso, evocando a tradição oral de alguém que conviveu com o arcebispo, carece de cientificidade, mas demonstra o peso que as decisões de embelezamento, melhoramento, transformações e julgamento pela opinião pública despertam, todavia.

Percebemos, então, que a demolição dessa estrutura urbana colonial não foi recebida pacificamente por todos, e que a própria narrativa contida no seio da igreja reforça um caráter controverso, já que o Monsenhor Mattos ainda grafou que, em “todo o seu desmoronamento, as picaretas no remover dos blocos de taipa” foi marcado por “gritos, lágrimas, protestos por serem sepultados todos os esforços dos antepassados paulistanos” (MATTOS, 1992, pp.52-53).

Um circuito alternativo da imprensa foi um outro braço importante de protestos ao curso das reconfigurações na área da Sé. Isso nós verificamos por meio de um periódico do período: “A Lanterna”. Fernando Peres observou que o jornal criado em 1901 por Benjamin Mota, inicialmente ao lado de um grupo de maçons (PERES, 2005, p.1), ao comportar uma segunda fase maior ampla a partir de 1909, se formatou como uma “brecha’ dos embates da época”, cujo índice das “pautas anticlericais” aglutinaram “diferentes atores sociais”, na medida em que ideias como “justiça, trabalho e bem-estar compartilhados” ao “socialismo revolucionário”, “consta[r]am nas tábuas de valores dos grupos [urbanos] presentes em São Paulo na Primeira República, como os maçons, os protestantes, os espíritas, [...], os estudantes, os republicanos (radicais ou descontentes) e os socialistas”. (PERES, 2005, pp.2-3).

Assim, o periódico foi um lugar de construção de uma crítica assídua, não apenas aos atores institucionais públicos e eclesiásticos, como às intervenções e demolições acontecendo no espaço urbano. A nota que localizamos neste jornal, datada 25/11/1911, capturou à época - e criticou - essa figura do especulador que performou o bispo da catedral de S. Paulo, ao

“troca[r] casas no quarteirão entre as ruas Capitão Salomão (antiga Esperança), Santa Teresa e Marechal Deodoro”, ao invés de atender a uma demanda de “serviço público”. Apontava a publicação que seria uma operação gigantesca para apenas se realizar “o grande sonho da catedral de milhares de contos de réis!” Já em outro artigo, de 05/07/1913, mais ácido, o jornal prometia “dar aos leitores uma vaga ideia de como se constroem grandes e suntuosas catedrais...”, quando “[d]a inutilidade, para o povo, da dispendiosa construção, não [seria] preciso falar”, remontava à “combinação muito lícita” da catedral que “os poderes públicos de S. Paulo [iam] construir de mão-beijada para o sr. D. Duarte Leopoldo”:

grossa pouca-vergonha em que se envolve esse negócio da catedral. [...]: o governo comprou a vetusta Sé, demoliu-a, vendeu o terreno aplainado ao Arcebispado; afinal, trocou-o por um outro onde estava sendo construído o Paço municipal, com os alicerces já prontos. Resulta que de toda a honesta negociata o sr. Duarte, que tolo não é, abiscitou algumas centenas de contos de lucro. E depois, convencionou-se que alguns condecos e baronetes dinheirudos, disfarçados em pródigos e sinceros católicos, caíssem também com alguns contecos - grãozinhos de areia atirados no saara do dinheiro necessário para a obra projetada -, que eles em breve, interessados como são nas pingues empreitadas da construção, hão de recuperar com as devidas indulgências... e os respectivos juros..." (“A Lanterna.” 05/07/1913)

3.1.4. O mercado da demolição

O cruzamento da documentação oficial com a seção de informes da Prefeitura Municipal nas páginas do "Correio Paulistano" trouxe a nós, a reboque, uma compreensão do processo da demolição alimentado ainda por uma outra rede de colaboradores, operando um circuito de cifras implicado num mercado da demolição.

Chegamos, acima, a um índice de um aparato da destruição já naturalizado nos rearranjos da cidade, e a um nível especializado de empresas – isto é, uma ramificação de obras de demolição por empresas construtoras, que já se especializa nestas primeiras décadas do século XX.

O “Código de Posturas do Município de São Paulo”, de 1886, agregou no processo uma lógica que tendeu a monopolizar a ação de demolição por particulares, isto é, pelo grupo especulador da cidade. Determinava no “Título IV – Dos edifícios ruinosos, escavações e precipícios”, que a realização e o custeio da demolição dos imóveis estariam a cargo dos atores proprietários:

Art.32 – O edifício, muro ou obra de qualquer natureza, que ameaçar ruína, será demolido no todo ou em parte pelo proprietário ou por conta deste, quando e como o Fiscal indicar, precedendo o juízo de dois peritos nomeados pela Câmara e pelo proprietário, ou ambos por ela à revelia deste, correndo todas as despesas por sua conta. O infrator incorrerá na multa de 30\$. (POSTURAS, 1886, p.7)

O ator institucional - a municipalidade -, uma vez convertendo em lote municipal as edificações desapropriadas dos particulares pela via do acordo conciliatório, conforme explicitamos anteriormente, operou a flexibilização deste arranjo oficial, associando-se a um corpo de atores sociais particulares para o serviço de demolição, transmutado, porém, em um circuito específico, de engenheiros, em via da 'concorrência pública'. O “Correio Paulistano” em 24/12/1911, publicou o seguinte Edital da Secretaria Geral da Prefeitura Municipal:

Faço público que, pelo prazo de oito dias contados da presente data, se acha aberta concorrência pública para a **demolição dos prédios ns. 17, 19 e 21 da praça João Mendes; 31 da rua Marechal Deodoro; 6 e 8 da travessa da Esperança; e 36, 36-A, 38, 50 a 52, e 52-A, da rua Capitão Salomão, prédios esses de propriedade municipal.** [...] **Os proponentes devem oferecer preço englobado pelo material aproveitável resultante da demolição**, como telhas, armação de telhados, portas, janelas, batentes, forros, soalhos, canalizações diversas, aparelhos sanitários, etc., demolição essa e remoção dos entulhos que serão feitas por conta dos mesmos proponentes, que **caucionarão antes 500\$000 para garantia da execução das suas propostas**, que deverão ser entregues nesta secretaria em carta fechada e lacrada até ao dia 2 de março próximo, ao meio dia, para serem abertas no dia imediato à mesma hora. - Secretaria Geral da Prefeitura do Município de S. Paulo, 19 de dezembro de 1911 - O Diretor Geral. Alvaro Ramos. (CORREIO PAULISTANO, 24/12/1911)

Por esse índice, temos a evidência que, tratando-se de uma operação de demolição de grande monta, de diversas edificações a um só turno, numa área de grande extensão na Sé, compreendia uma atuação especializada, embutida num circuito asseguradamente rentável para a municipalidade, ao mesmo tempo em que agregou um circuito de cifras à esta figura do proponente. Pois, conforme elencamos em escala abaixo, pelo dado da imprensa – do “Correio Paulistano” -, mesmo perdendo a proposta, o tesouro despendeu com cada um dos proponentes. Por outro lado, a informação social a que chegamos – os nomes dos engenheiros associados à concorrência pública para operar esta demolição:

05/01/1912 - “Foi apresentada pelo Dr. **Oscar Americano**, a única proposta para demolição da Igreja de S. Pedro, da Catedral e prédios adjacentes, a qual será aberta amanhã ao meio dia.”

29/02/1912 - “Serão abertas amanhã, ao meio dia, as propostas dos srs. **Francisco Penino, Ignacio Mammano, dr. Oscar Americano e Luiz Mendes Gonçalves**, para a **demolição do edifício da Sé e prédios adjacentes** e da igreja de S. Pedro.”

09/03/1912 - “Foi **aceita a proposta** apresentada em concorrência pública pelo Sr. **Luiz Mendes Gonçalves** para a demolição do edifício da Sé, prédios adjacentes e do edifício da igreja de S. Pedro.”

16/04/1912 - “**2:000\$000**, em **restituição**, a cada um dos srs. Francisco Penino e Ignacio Mammano, importância caucionada para garantia do contrato para a demolição do edifício da Sé, prédios adjacentes e da igreja de S. Pedro.”

Tabela organizada por Aline Canuto da Silva, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da pesquisa realizado procurou partir da História Urbana como suporte para uma História Social. Para tanto, partimos de um problema de macroescala, que é o processo de remodelações urbanas na cidade de São Paulo. Isso para pensar um problema de microescala, que é o evento de montagem da Praça da Sé. Concentrando-nos em um pequeno espaço dessa área da Sé: três quarteirões (três ruas, que foram extintas com o processo), na margem do Triângulo Histórico, entre o antigo Largo da Sé e a futura Praça João Mendes.

O nosso problema começa quando nós tentamos compreender as demolições decorrentes desse plano de montagem da Praça da Sé, advindas de uma situação de desapropriações. A partir daí, nós começamos a nos aproximarmos dos atores sociais. Por que pensamos o apagamento material, um dado conjunto de imóveis - mas também seus proprietários, quer dizer, uma elite dos atores particulares -, que, por uma série de discursos, vindo dos atores das elites dirigentes (igreja e estado), foram considerados descartáveis no projeto de cidade.

Mas ao mesmo tempo, nós pensamos no apagamento social dos estratos/pessoas que ali habitavam, com suas residências e o seu comércio autônomo, informais, e que foram aliados daquela área valorizada do centro. Então, a problemática reside aí, em descortinar, identificar, não só as edificações desaparecidas, mas os atores desaparecidos nesse ponto da cidade de São Paulo com as demolições. Com isso, temos um suporte para uma História Social. É passar por todos esses aspectos, dos discursos, dos acordos, da rede de colaboração, dos pactos, mas também das resistências, ou dos protestos a esse movimento de arruinamento e de disputas de uma memória urbana (o imaginário, o processo social da demolição tratado na imprensa, que já será um outro ator a somar); das hierarquias - dos espaços, e da escala dos vários atores participantes desse processo.

Por isso, falamos numa metodologia de uma História da Não-Preservação, como tem mostrado Fernando Atique. Também atentamos para uma outra metodologia que pode ser resumida no termo da *sociotopografia* - desse olhar do lote a lote, do olhar de processo, do olhar das cifras, do olhar para cada proprietário, cada ocupante, na chave de uma espacialização - da cartografia reunindo esse mapeamento todo, em sobreposição, conforme Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno.

Dessa maneira, o percurso que nós fizemos para chegar nesse mosaico de sujeitos, de imóveis, parte de uma serialização das fontes. Primeiro, considerar processos desapropriatórios, e então os dispositivos das leis, mais as atas na câmara municipal; mais a

cartografia, as plantas desapropriatórias, mais a iconografia, mais os jornais, que apresentam desde crônicas até listas telefônicas, coluna social, coluna policial, etc. É encontrar o dado. E até mesmo diário do Dom Duarte Leopoldo, arcebispo da igreja católica, redigido entre 1908 e 1920.

Nós procuramos trazer no projeto um percurso historiográfico com uma bibliografia mais recente, da historiografia urbana de São Paulo. Ao mesmo tempo, dialogando com uma historiografia tradicional que pensou a cidade de São Paulo, no percurso da sua transformação, como se fosse linear e sublimada /triumfalista (progresso), revisando /revedo essa noção. Analisamos, assim, um projeto de cidade que pra se afirmar como moderna, precisava negar o outro (tempo, materialidade população), que persistia ali naquele ponto, transformando-se em um laboratório da modernidade - discursada pelas elites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maurício. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 - 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882012000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>.

ATIQUE, Fernando. “O “farol do saber”, as árvores e os palacetes: os usos da Praça da República.” In: **Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther**. São Carlos: RiMa / FAPESP, 2004.

_____. A midiaticização da (não) preservação: reflexões metodológicas sobre sociedade, periodismo e internet a propósito da demolição do Palácio Monroe. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 24, p. 152, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000300149>.

_____. De “Casa Manifesto” a “Espaço de Desafetos”: os impactos culturais, políticos e urbanos verificados na trajetória do Solar Monjope (Rio, anos 20 - anos 70). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 29, p. 213-232, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59057>>

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **A Cidade Inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)**. (Dissertação de Mestrado). UNICAMP-IFCH. 1993. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278883>>.

BRESCIANI, M. Stella. “Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950).” In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BRITO, Mônica Silveira. **A Participação da Iniciativa Privada na Produção do Espaço Urbano: São Paulo, 1890-1911**. São Paulo: FAU-USP, 2008.

BUENO, Beatriz Piccolotto. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1.p. 59-97. jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/anaismp/article/view/5415/0>>.

_____. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo,

n. 64, p. 99-130, aug. 2016. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119478>>.

CAMARGO, Daisy de. **Alegrias Engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX.** (Tese de Doutorado). FCLA-UNESP, 2010. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103133> >.

CAMPOS NETO, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade: urbanismo e modernização em São Paulo.** São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2002.

CAMPOS NETO, Cândido Malta e SOMEKH, N. (Orgs.) **A Cidade Que Não Pode Parar: planos urbanísticos para São Paulo no século XX.** São Paulo: Mackpesquisa, 2002.

CAMPOS, Eudes. “Planta cadastral da cidade de São Paulo e seus arrabaldes” desenhada e publicada por JULES MARTIN em 1890. **PMSP/SMC/DPH.** São Paulo, setembro/outubro de 2008. Ano 4 N.20. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1890.htm>>.

CARVALHO, Mariana. Os largos na paisagem paulistana: uma abordagem histórica e morfológica. **3º Colóquio ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas.** Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro de 2014.

CERASOLI, Josianne. **A Grande Cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República.** IFCH-UNICAMP. (Dissertação de Mestrado). 1998. Disponível em: < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279023> >

CERASOLI, Josianne. **Modernização no Plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX.** (Tese de Doutorado). IFCH-UNICAMP, 2004.

DANTAS, George Ferreira. **A Formação das Representações Sobre a Cidade Colonial no Brasil.** EESC-USP (Tese de Doutorado). 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-30042010-100632/pt-br.php> >

_____. Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,** 2018. Disponível em: < <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/19175> >.

D’ELBOUX, Roseli M. M. **Joseph-Antoine Bouvard no Brasil.** Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas. (Tese de Doutorado). FAU-USP, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-27012016-111315/pt-br.php>>

DI MONACO, Flávio Eduardo. **O Banquete do Leviatã: direito urbanístico e transformações da zona central de São Paulo (1886-1945).** (Tese de Doutorado). FAU-USP, 2007.

Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-31052010-100447/pt-br.php>>

FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopéia Bandeirante: Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940).** São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

FERREIRA, Barros. **O Antigo e Nobre Bairro da Sé.** São Paulo: Prefeitura Municipal. Série História dos bairros de São Paulo, vol. X, 1971. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313>

FLOREAL, Sylvio. “A caça ao homem. Aspectos da vida de pensão.” **Ronda da meia-noite: vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo.** São Paulo: Paz e Terra (Coleção São Paulo). 2003 (1925).

FRANCO, Herta. **Modernização e Melhoramentos Urbanos em São Paulo: A gestão do presidente de província João Theodoro (1872-1875).** (Tese de doutorado). FAU-USP, 2002.

FREHSE, Fraya. Entre Largo e Praça, Matriz e Catedral: a Sé dos cartões postais paulistanos. **Cadernos de Campo.** v. 5 n. 5-6 (1996). Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52357>>.

_____. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP,** S. Paulo, 13(2): 169-184, novembro de 2001.

Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fts%2Fv13n2%2Fv13n2a09.pdf&pdf=true>>.

_____. **Ô da Rua!:** o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2011.

_____. Entre Largo e Praça, Matriz e Catedral: a Sé dos cartões postais paulistanos.

Cadernos de Campo. v. 5 n. 5-6 (1996). Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52357>>.

HEREÑÚ, Pablo Emilio Robert. **Sentidos do Anhangabaú.** (Dissertação de Mestrado).

FAU-USP. 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-17052010-145047/pt-br.php>>.

JUNIOR, Rubens Fernandes. Aurélio Becherini – lições e demolições do olhar. **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, 2 a 6 de setembro de 2008.

Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.intercom.org.br%2Fpapers%2Fnacionais%2F2009%2Fresumos%2FR4-1825-1.pdf&pdf=true>>.

KUVASNEY, Eliane. **A Representação da Cidade de São Paulo nos Albores do Século XIX**: os mapas como operadores na construção da cidade espaiada. (Tese de Doutorado). FFLCH-USP. 2017. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26042018-135249/pt-br.php> >.

LANNA, Anna Lúcia. “O Bexiga e os italianos em São Paulo.” In: LANNA, Anna Lúcia et al. **São Paulo, Os Estrangeiros e a Construção das Cidades**. São Paulo: Alameda, 2011.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do ator-rede. São Paulo: EDUSC, 2012.

LEITE, Mateus P. M. “Jules Martin: mapas litográficos de São Paulo.” **XXVIII Simpósio Nacional de História-ANPUH**: Lugares dos historiadores velhos e novos desafios.

Florianópolis. 2015. Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.snh2015.anpuh.org%2Fresources%2Fanais%2F39%2F1439844757_ARQUIVO_seminarioanpuh_mateuspavan_17_08.pdf&pdf=true>.

_____. **Jules Martin, Litógrafo**: catálogo iconográfico de um comerciante de imagens em São Paulo. IFCH-UNICAMP. (Dissertação de Mestrado). 2016. Disponível em: < <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305059> >.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva**: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. São Paulo: Paz Terra, 1982.

MATTOS, S. M (Monsenhor). **A Velha Catedral de S. Paulo**. Cúria Metropolitana de São Paulo, 1992. ACMSP. Livro n.1, traço n.38.

_____. **A Nova Catedral de S. Paulo**. Cúria Metropolitana de São Paulo, 1992. ACMSP. Livro n.2, traço n.38.

MARINZ, Paulo César Garcez. “Um lugar para as elites: os Campos Elísios de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo.” In: LANNA, Anna Lúcia et al. **São Paulo, Os Estrangeiros e a Construção das Cidades**. São Paulo: Alameda, 2011.

MASCARENHAS, Christian. O pioneirismo em um acervo paulista - Dom Duarte Leopoldo e Silva e a Preservação da Arte Sacra em São Paulo. **XII EHA - Encontro de História da**

Arte - UNICAMP. 2017. Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewer?url=https%3A%2F%2Fwww.ifch.unicamp.br%2Feha%2Fatas%2F2017%2FChristian%2520Mascarenhas.pdf&pdf=true>>.

MELLO, Zélia Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza** - São Paulo, 1845-1895: contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. (Tese de Doutorado). FEA-USP. 1981.

MORSE, Richard. **De Comunidade à MetrÓpole**: biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais. 1954.

MILANESI, Renata. **Praça da Sé**: evolução urbana e espaço público. FAU-USP (Dissertação de Mestrado), 2002.

MIYAZAKI, Elizabeth. **Praça da Sé**. São Paulo: FAU, 1979.

NOVO, Leonardo. **Entre Arte e Técnica**: "arquiteturas políticas" na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]. IFCH-UNICAMP (Dissertação de Mestrado). 2018. Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331211>>

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a Casa e o Armazém**. São Paulo: 1850-1900. São Paulo: Alameda / FAPESP, 2005.

PERES, Fernando. Guerra aos padres: o jornal anticlerical A Lanterna em São Paulo na Primeira República. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

<<https://docs.google.com/viewer?url=http%3A%2F%2Fwww.snh2011.anpuh.org%2Fresources%2Fanais%2Fanpuhnacional%2FS.23%2FANPUH.S23.0365.pdf&pdf=true>>

PERISSINOTO, Renato. "Introdução." **Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo**. Campinas: UNICAMP, 1999.

PINTO, Alfredo Moreira, 1847-1903. **A Cidade de S. Paulo em 1900**: impressões de viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em:

<<http://docvirt.com/docreader.net/WebIndex/WIPagina/LivrosSP/8261>>

RODRIGUES, Gustavo Partezani. **Vias Públicas**: tipo e construção em São Paulo (1898-1945). FAU-USP (Dissertação de Mestrado). 2008. Disponível em: <

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-25032010-093019/pt-br.php>>

ROMANO, C.T. **Santa Cecília**: uma paróquia na confluência dos interesses da elite paulistana e da igreja católica entre 1895 e 1920. (Tese de doutorado). FFLCH-USP. 2008. Disponível em: <

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04062008-100904/pt-br.php>>

ROSADA, Mateus. **Sob o signo da cruz:** Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939). (Dissertação de Mestrado). EE-UFSCar. 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-19102011-150912/pt-br.php>>

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. **São Paulo – Praça da Sé:** transformações e usos. FAU-USP (Dissertação de Mestrado), 1991.

SEGAWA, Hugo. “Um imaginário paulistano.” **Prelúdio da Metrópole:** arquitetura e urbanismo em São Paulo, na passagem do século XIX ao XX. Cotia: Ateliê, 2000.

SOUSA, Rebeca Grilo de. **Escombros e Vestígios:** os debates sobre os arrasamentos nas reformas urbanas das cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife no início do século XX). UFRN (Dissertação de Mestrado). 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22393>>